

Série Vivências em Educação na Saúde

# Entrevistas Safety: **construindo memórias no olho do furacão**

ORGANIZADORES  
Marselle Nobre de Carvalho  
Vinícius Fonseca





A **Editora Rede UNIDA** oferece um acervo digital para **acesso aberto** com mais de 300 obras. São publicações relevantes para a educação e o trabalho na saúde. Tem autores clássicos e novos, com acesso **gratuito** às publicações. Os custos de manutenção são cobertos solidariamente por parceiros e doações.

Para a sustentabilidade da **Editora Rede UNIDA**, precisamos de doações. Ajude a manter a Editora! Participe da campanha «e-livro, e-livre», de financiamento colaborativo.

Acesse a página  
<https://editora.redeunida.org.br/quero-apoiar/>  
e faça sua doação

Com sua colaboração, seguiremos compartilhando conhecimento e lançando novos autores e autoras, para o fortalecimento da educação e do trabalho no SUS, e para a defesa das vidas de todos e todas.

Acesse a Biblioteca Digital da Editora Rede UNIDA  
<https://editora.redeunida.org.br/>

E lembre-se: compartilhe os links das publicações, não os arquivos. Atualizamos o acervo com versões corrigidas e atualizadas e nosso contador de acessos é o marcador da avaliação do impacto da Editora. Ajude a divulgar essa ideia.

[editora.redeunida.org.br](https://editora.redeunida.org.br)



ORGANIZADORES  
Marselle Nobre de Carvalho  
Vinícius Fonseca

Série Vivências em Educação na Saúde

# **ENTREVISTAS SAFETY:**

## **construindo memórias no olho do furacão**

1ª Edição  
Porto Alegre  
2025



## Coordenador Geral da Associação Rede UNIDA

**Alcindo Antônio Ferla**

## Coordenação Editorial

Editor-Chefe: **Alcindo Antônio Ferla e Héider Aurélio Pinto**

Editores Associados: **Carlos Alberto Severo Garcia Júnior, Denise Bueno, Diéssica Roggia Piexak, Fabiana Mânica Martins, Frederico Viana Machado, Jacks Soratto, João Batista de Oliveira Junior, Júlio César Schweickardt, Károl Veiga Cabral, Márcia Fernanda Mello Mendes, Márcio Mariath Belloc, Maria das Graças Alves Pereira, Michelle Kuntz Durand, Quelen Tanize Alves da Silva, Ricardo Burg Ceccim, Roger Flores Cecon, Stela Nazareth Meneghel, Stephany Yolanda Ril, Suliane Motta do Nascimento, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Virgínia de Menezes Portes**

## Conselho Editorial

**Adriane Pires Batiston** (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil);  
**Alcindo Antônio Ferla** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);  
**Ángel Martínez-Hernández** (Universitat Rovira i Virgili, Espanha);  
**Angelo Stefanini** (Università di Bologna, Itália);  
**Ardigó Martino** (Università di Bologna, Itália);  
**Berta Paz Lorido** (Universitat de les Illes Balears, Espanha);  
**Celia Beatriz Iriart** (University of New Mexico, Estados Unidos da América);  
**Denise Bueno** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);  
**Emerson Elias Merhy** (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil);  
**Érica Rosalba Mallmann Duarte** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);  
**Francisca Valda Silva de Oliveira** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil);  
**Héider Aurélio Pinto** (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil);  
**Izabella Barison Matos** (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil);  
**Jacks Soratto** (Universidade do Extremo Sul Catarinense);  
**João Henrique Lara do Amaral** (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil);  
**Júlio Cesar Schweickardt** (Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil);  
**Laura Camargo Macruz Feuerwerker** (Universidade de São Paulo, Brasil);  
**Leonardo Federico** (Universidad Nacional de Lanús, Argentina);  
**Lisiane Bôer Possa** (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil);  
**Luciano Bezerra Gomes** (Universidade Federal da Paraíba, Brasil);  
**Mara Lisiane dos Santos** (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil);  
**Márcia Regina Cardoso Torres** (Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil);  
**Marco Akerman** (Universidade de São Paulo, Brasil);  
**Maria Augusta Nicoli** (Agenzia Sanitaria e Sociale Regionale dell'Emilia-Romagna, Itália);  
**Maria das Graças Alves Pereira** (Instituto Federal do Acre, Brasil);  
**Maria Luiza Jaeger** (Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil);  
**Maria Rocineide Ferreira da Silva** (Universidade Estadual do Ceará, Brasil);  
**Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira** (Universidade Federal do Pará, Brasil);  
**Priscilla Viégas Barreto de Oliveira** (Universidade Federal de Pernambuco);  
**Quelen Tanize Alves da Silva** (Grupo Hospitalar Conceição, Brasil);  
**Ricardo Burg Ceccim** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);  
**Rossana Staevie Baduy** (Universidade Estadual de Londrina, Brasil);  
**Sara Donetto** (King's College London, Inglaterra);  
**Sueli Terezinha Goi Barrios** (Associação Rede Unida, Brasil);  
**Túlio Batista Franco** (Universidade Federal Fluminense, Brasil);  
**Vanderlécia Laodete Pulga** (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil);  
**Vanessa Iribarrem Avena Miranda** (Universidade do Extremo Sul Catarinense/Brasil);  
**Vera Lucia Kodjaoglanian** (Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde/LAIS/UFRN, Brasil);  
**Vincenza Pellegrini** (Università di Parma, Itália).

Comissão Executiva Editorial

Alana Santos de Souza

Jaqueline Miotto Guarnieri

Camila Fontana Roman

Carolina Araújo Londero

Capa | Projeto Gráfico | Diagramação

Lucia Pouchain



---

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

---

E61

**Entrevistas Safety:** Construindo memórias no olho do furacão / Marselle Nobre de Carvalho; Vinícius Fonseca (Organizadores) – 1. ed. -- Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2025.

110 p. (Série Vivências em Educação na Saúde, v. 32).

E-book: 2.50 Mb; PDF

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5462-204-2

DOI: 10.18310/9786554622042

1. Projeto Safety. 2. COVID-19. 3. Entrevistas como Assunto. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

NLM WA 20.5  
CDU 005.571:614

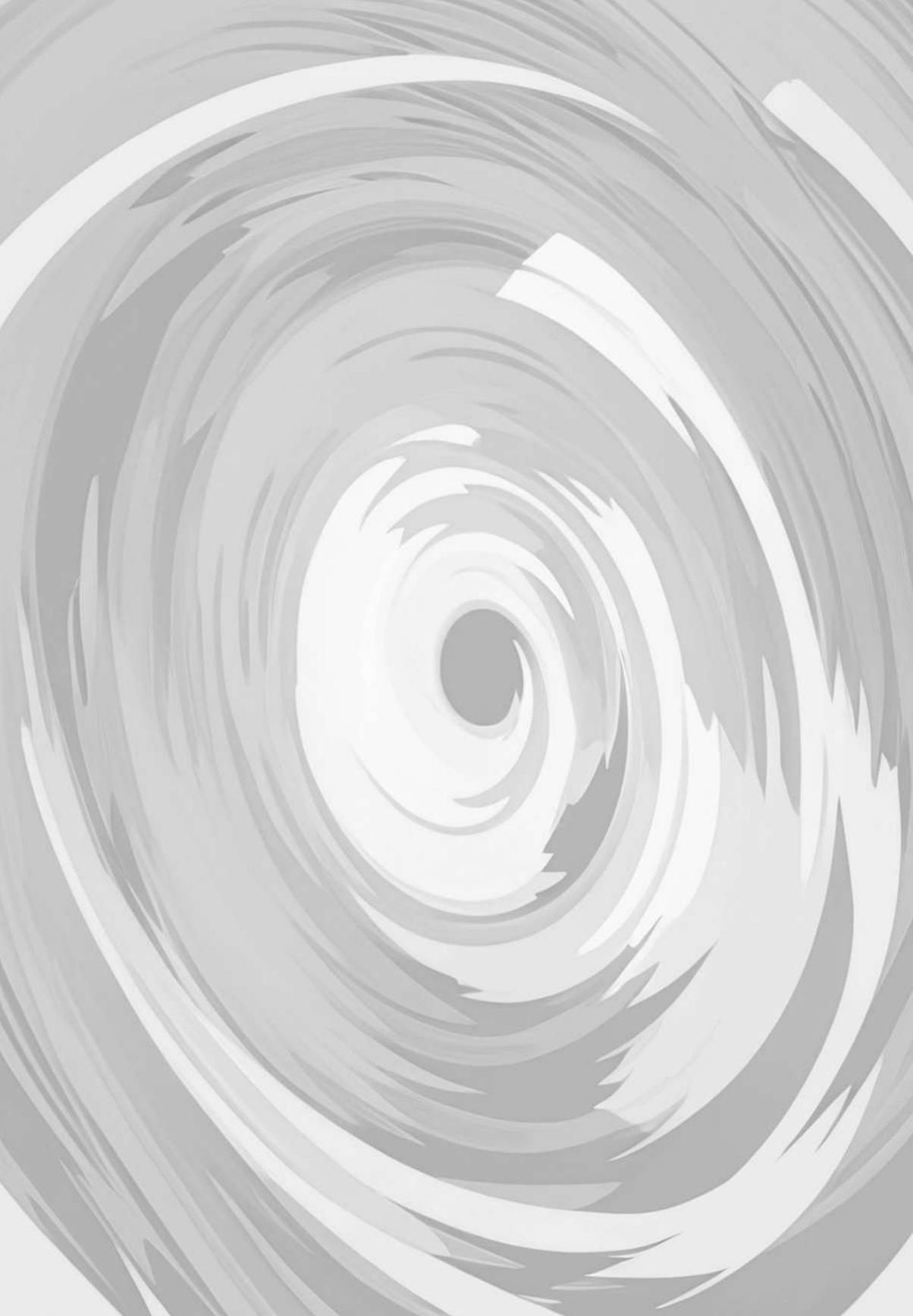
---

Catalogação elaborada pela bibliotecária Alana Santos de Souza - CRB 10/2738

Todos os direitos desta edição reservados à Associação Rede UNIDA  
Rua São Manoel, nº 498 - CEP 90620-110, Porto Alegre – RS. Fone: (51) 3391-1252

[www.redeunida.org.br](http://www.redeunida.org.br)





# Sumário

<b>Cap. 1   As entrevistas, a equipe, a internet e o compromisso com a informação</b> .....	11
<b>Cap. 2   Entrevistas comentadas</b> .....	15
LEIS TRABALHISTAS PRECISAM CONTEMPLAR FUNCIONÁRIOS DE APLICATIVO.....	15
USO DA INTERNET EXIGE CUIDADOS.....	18
PATENTES, VACINAS E O CENÁRIO DA PANDEMIA NO BRASIL – PARTE I e PATENTES, VACINAS E O CENÁRIO DA PANDEMIA NO BRASIL - PARTE II.....	21
A FORÇA DA UEL NO COMBATE À PANDEMIA.....	28
COVID-19 E IMPLICAÇÕES CLIMÁTICAS.....	31
ALUNA DE JORNALISMO DA UEL TRANSFORMA BOLETIM EM PESQUISA.....	36
UM BREVE RESUMO SOBRE 2021.....	39
CHEGOU A HORA E A VEZ DAS CRIANÇAS.....	40
COVID LONGA EXIGE TRATAMENTO MULTIDISCIPLINAR.....	44
DOIS ANOS DE PROJETO SAFETY.....	47
FLEXIBILIZAÇÃO DE RESTRIÇÕES PODEM LEVAR A NOVO AUMENTO DE CASOS.....	50

APRIMORADAS DESDE A CRIAÇÃO, VACINAS APRESENTAM MAIS BENEFÍCIOS QUE RISCOS .....	55
PANDEMIA REFORÇA A IMPORTÂNCIA DA COLETIVIDADE .....	58
PANDEMIA EXIGIU ATUAÇÃO CONJUNTA DE DIFERENTES ATORES DA SOCIEDADE .....	63
UEL FOI UM DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE COMBATE À COVID-19 NO PARANÁ.....	68
DESAFIADORA, PANDEMIA FEZ UEL MOSTRAR SUA FORÇA .....	72
COOPERAÇÃO FEZ DIFERENÇA NA PANDEMIA.....	76
CONTROLAR O IMPULSO AJUDA NO COMBATE ÀS <i>FAKE NEWS</i> ....	81
<i>QUANDO FALTA O AR</i>   DOCUMENTÁRIO MOSTRA A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA LINHA DE FRENTE NA LUTA PELA VIDA.....	86
PERDA DE OLFATO, PALADAR E AUDIÇÃO COMO SEQUELAS DA COVID-19 .....	90
PROJETO SAFETY SEGUE MONITORANDO A PANDEMIA .....	92
PANDEMIA PODE TER AGRAVADO CASOS DE CÂNCER DE MAMA....	95
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO TEVE PAPEL DE EXCELÊNCIA NA PANDEMIA. ....	100
PREFEITO PEDE QUE POPULAÇÃO BUSQUE PELA VACINA.....	104

**Cap. 3 | Um breve ensaio sobre a memória e a pandemia ainda sem fim.....** 108

Marselle Nobre de Carvalho, Vinícius Fonseca





# Cap. 1

## As entrevistas, a equipe, a internet e o compromisso com a informação

Este livro reúne entrevistas realizadas com especialistas das mais diversas áreas, personalidades da área das ciências em saúde do Brasil, além de profissionais que vivenciaram direta ou indiretamente um dos momentos, ou o momento mais marcante da nossa geração, a Pandemia de covid-19.

O material foi concebido entre os anos de 2021 e 2022 e mais do que informar, hoje ele pode ser encarado como um registro histórico, uma memória de tempos sombrios, cheios de incertezas e que têm sido superados com muito esforço científico e boas doses de esperança.

O Projeto Safety foi concebido em 2020 com o objetivo inicial de monitorar a pandemia e criar material científico que auxiliasse nas pesquisas e na construção da ciência acerca da mais nova ameaça viral daqueles dias, a covid-19. Na esteira desse momento, o Projeto criou um Boletim Informativo, e, com o tempo, ele foi sendo moldado ao formato que conhecemos hoje.

Um dos quadros que surgiram no transcorrer do Boletim e acabou permanecendo foi o de entrevistas com profissionais e especialistas das mais diversas áreas, sempre tendo a pandemia como pano de fundo para a conversa.

### 1. As entrevistas

---

De acordo com o *Manual de Jornalismo para Rádio, TV e Novas Mídias*, proposto por Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima (2013), a entrevista é o pilar da notícia. Ou seja, uma boa entrevista, independentemente da mídia

para qual se valia, será capaz de garantir a qualidade da informação que o consumidor final, espectador, leitor, terá acesso ao consumir o produto final, no nosso caso, o boletim informativo.

O Safety sempre teve compromisso com a informação de qualidade e por isso buscou por fontes que pudessem trazer dados relevantes e confiáveis ao conhecimento do público.

Segundo o mesmo manual, “as boas entrevistas são as que revelam conhecimentos, esclarecem fatos e marcam opinião. Quando isso acontece, a notícia avança e abre espaços para novas entrevistas e reportagens” (Barbeiro; Lima, 2013, p. 125).

O projeto sempre prezou por essa premissa e os resultados podem ser considerados positivos, uma vez que seu conteúdo acabou sendo repercutido por outros veículos da imprensa de Londrina e região, além de pautar algumas discussões locais.

O formato de entrevista “ping-pong”, ou seja, perguntas e respostas também têm sua relevância no processo. Cada resposta dada pelo entrevistado traz um aspecto interessante a ser considerado pelo leitor e abrem espaço para outras discussões, além de facilitarem a compreensão da relevância dos assuntos tratados na coluna.

## **1.1. A internet**

---

A internet foi o veículo escolhido para a publicação do boletim do Projeto Safety, e alguns desafios se apresentaram desde o início para viabilizar sua publicação.

Embora a internet facilite diversos aspectos, como o acesso à informação e seu baixo custo, também existem fatores não tão positivos, os quais se acentuaram durante o período pandêmico. É o caso, por exemplo, das *fake news*. A pandemia revelou-se um campo fértil para a propagação de notícias falsas sobre a doença, seus riscos e impactos.

Na contramão disso, o Projeto Safety apegava-se à ciência e aos dados concretos. Era um combatente ferrenho da desinformação que tomou conta dos nossos dias.

Transformar dados científicos e complexos em algo de fácil entendimento e palatável ao leitor foi um desafio que se impôs diante desse cenário. Embora não tenha sido discutida diretamente, a preocupação da equipe em tornar cada entrevista da coluna interessante e, ao mesmo tempo, informativa sempre esteve presente. Para tanto, as perguntas precisavam ser precisas, ao mesmo tempo que oferecessem ao entrevistado a liberdade de se expressar e transmitir ao leitor todo o seu conhecimento e ponto de vista sobre o tema debatido e suas relações com o que estávamos enfrentando.

A pandemia, em razão das condições que nos impôs, impediu que a maior parte das entrevistas fosse feita de forma presencial, assim, para suprir a ausência de interação entre entrevistador e entrevistado, usamos chamadas de vídeo, interações por redes sociais, como o WhatsApp, além do próprio e-mail. O uso de todos esses mecanismos e o cuidado com o produto final tinham um objetivo: a informação de qualidade.

O formato da internet, no entanto, nos impunha algumas condições: o texto precisava ser mais curto, pois, em geral, os leitores de internet preferem leituras breves. Ao mesmo tempo, não podíamos informar apenas por informar; a pandemia e seus riscos exigiam que nossa equipe estimulasse o pensamento crítico, além de promover o cuidado e zelo pela vida. Afinal, somos um produto de origem universitária, vinculado à Universidade Estadual de Londrina (UEL). Ficou estabelecido, então, que as entrevistas com conteúdo necessário, porém extenso, seriam divididas em partes e distribuídas em edições diferentes do Boletim. Levamos um tempo também para definir a periodicidade das entrevistas, mas estabelecemos que seriam, em sua maioria, publicadas quinzenalmente, assim teríamos tempo para trabalhar o material e assegurar sua qualidade.

Todo o conteúdo agora está disponível na internet e, mais do que um material jornalístico, o Projeto Safety e a coluna de entrevistas assumem o papel de memória dos tempos de pandemia.

## **1.2. Equipe e método de trabalho**

---

Embora seja um projeto focado em saúde tendo como base a Pandemia da covid-19, o Projeto Safety sempre entendeu a necessidade de contar com um núcleo de jornalistas que pudessem auxiliar na coleta, organização e divulgação do material.

Com sua essência calcada na ciência, é claro que o projeto se apoiaria em métodos científicos para transformar o dado em uma informação “palatável” aos seus leitores. É bem verdade que não tínhamos muita ideia de quantas pessoas e as características do público que alcançaríamos, mas por sermos produzidos para internet, sabíamos que esse público poderia ser muito maior do que imaginávamos.

Inicialmente, essa era a expectativa, alcançaríamos profissionais da área da saúde dentro da universidade, mas é claro que o boletim não demorou muito para superar os muros da UEL.

Do ponto de vista do trabalho, a equipe almejava atingir o maior número possível de pessoas; sabíamos que o conteúdo tratado, além de importante, poderia salvar vidas. Sempre houve muita liberdade nos direcionamentos dos temas e, como poderemos perceber durante a leitura, havia também uma preocupação em retratar o momento pelo qual o Brasil e o mundo passavam em relação à pandemia.

## **1.3. Compromisso com a informação**

---

Todo o zelo na busca pelo conteúdo e o cuidado com a divulgação da ciência foram premissas do trabalho desenvolvido ao longo do período retratado neste livro. A partir das próximas páginas, o leitor desta obra poderá ver um conteúdo jornalístico e um registro de um momento em que a ciência e o jornalismo caminharam de mãos dadas, na tentativa de não só informar o leitor, mas também salvar vidas enquanto estávamos todos no olho do furacão.

# Cap. 2

## Entrevistas comentadas

A primeira entrevista Safety, muito próxima ao formato que conhecemos hoje, saiu em junho de 2021. Nela, discutimos a necessidade de as leis trabalhistas contemplarem os funcionários de aplicativo.

Naquele momento, o Brasil já enfrentava a pandemia e havia acabado de atingir a marca de 500 mil mortos. Algumas dessas mortes envolviam motoristas de aplicativo, especialmente os que realizavam transporte de pessoas.

De olho nisso, convidamos a advogada especialista em Direito Material e Processual do Trabalho e coordenadora do Grupo de Trabalho Jurídico do Projeto Safety da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Larissa Borges, para discutir os riscos enfrentados por esses profissionais, a ausência de proteção trabalhista e a necessidade de se pensar em leis que possam resguardá-los.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2021/boletim-20-21>

### **LEIS TRABALHISTAS PRECISAM CONTEMPLAR FUNCIONÁRIOS DE APLICATIVO**

Vinícius Fonseca<sup>1</sup>

Desde a popularização dos aplicativos de alimentação e transporte, as novas formas como o homem tem se relacionado com o trabalho têm sido discutidas. Esses debates ganharam novos contornos com a Pandemia de covid-19.

---

<sup>1</sup> Jornalista e colaborador externo do projeto

Advogada especialista em Direito Material e Processual do Trabalho e coordenadora do Grupo de Trabalho Jurídico do Projeto Safety da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Larissa Borges dos Santos concedeu entrevista ao nosso boletim para falar sobre o tema.

Projeto Safety (P. F.): O que acontece se os trabalhadores de transporte via aplicativo acabarem infectados no trabalho?

Larissa Borges (L. B.): Por não serem considerados empregados formais das empresas e, portanto, não terem a carteira de trabalho registrada, os entregadores ficam sem a proteção do INSS em caso de contágio por covid-19. No início da pandemia, em 2020, houve notícias de que muitos trabalhavam mesmo contaminados, com medo de não receberem auxílio algum. Após isso, a maioria das empresas informou que criaram fundos para fornecer ajuda financeira aos entregadores com sintomas ou confirmação de covid-19. No entanto, segundo a Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (CONAFRET), não há comprovação de que esses valores chegaram aos trabalhadores.

A CONAFRET, inclusive, emitiu a Nota Técnica n.º 01/2020 para orientar a atuação do Ministério Público do Trabalho “em face das medidas governamentais de contenção da pandemia da doença infecciosa covid-19, voltada às empresas de transporte de mercadorias e de transporte de passageiros, por plataformas digitais”.

P. S.: No caso dos aplicativos de transporte e carona, há leis mais específicas?

L. B.: Por enquanto, até onde tenho conhecimento, existem projetos de lei a respeito: o PL 1665/20, que determina que sejam dadas orientações sobre a doença e equipamento de proteção individual, além de auxílio financeiro, caso sejam infectados e obrigados a se isolar; há também o PL 2379/20, que busca exigir das empresas o pagamento do valor de R\$ 2.000 aos prestadores de serviços com covid-19.

Há também em trâmite o PL 974/2021, que pretende conceder direitos trabalhistas para motoristas de aplicativos e entregadores. O projeto busca alterar a CLT, ao garantir salário-mínimo por hora, férias anuais remuneradas de 30 dias, entre outros benefícios trabalhistas.

P. S.: Você acredita que ações trabalhistas contra empresas podem ganhar força em caso de infecções durante o exercício de trabalho? Parece que alguns profissionais já chegaram a acionar as empresas, o que pode dizer a respeito?

L. B.: Para os trabalhadores que têm carteira assinada, a situação ainda não está definida, o que faz a Justiça do Trabalho ser cada vez mais acionada para reconhecer ou não a covid-19 como doença ocupacional. Na seção “Papo Jurídico”, do boletim do projeto (n.º 19), falamos exatamente a respeito desse tema.

P. S.: O fato de boa parte dessas empresas serem estrangeiras permite que o trabalhador brasileiro busque apoio na legislação do país delas? Essa é uma saída viável?

L. B.: Segundo as regras de competência de jurisdição, empresas multinacionais com sede no Brasil são regidas pelas normas do

país de prestação de serviços. Os trabalhadores são selecionados aqui, para trabalhar localmente. Isto considerando que as partes tenham relação formal de emprego. No caso desses profissionais, pode-se dizer que, reconhecidos seus direitos trabalhistas, aplicam-se as leis nacionais.

A segunda entrevista saiu em agosto de 2021. Nela, o advogado especialista em Direito Cibernético, Fernando Peres, falava sobre os cuidados com as redes.

As notícias falsas sobre a covid-19 foram uma das grandes batalhas enfrentadas pela ciência e pela sociedade durante toda a pandemia. Além disso, surgiram outros golpes, que passaram a ser aplicados devido ao aumento do consumo de internet no mundo, provocado pela maior quantidade de tempo que as pessoas passaram a ficar em casa.

O quadro de entrevistas do boletim sempre foi preocupado em retratar a ciência, mas também alertar e orientar seus leitores sobre as demandas oriundas da pandemia. A abordagem dessa temática reflete um pouco isso.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2021/boletim-27-21>

## **USO DA INTERNET EXIGE CUIDADOS**

Vinicius Fonseca

A pandemia faz crescer a quantidade de golpes cibernéticos, mas boas práticas podem proteger contra crimes. O risco de contaminação devido à covid-19 e as recomendações dos órgãos de saúde, visando à diminuição da circulação de pessoas nas ruas, fizeram com que muitos optassem por ficar em casa. Com esse novo cenário, foi possível perceber um aumento no consumo de internet, acompanhado de novos golpes aplicados.

Segundo o advogado e especialista em Direito Digital Fernando Peres, os criminosos têm tentado se aproveitar do momento. O especialista alerta para alguns cuidados que diminuem os riscos de cair em armadilhas cibernéticas e afirma que as atuais leis brasileiras são capazes de responsabilizar e punir culpados.

Projeto Safety (P.S.): É possível dizer se os golpes na internet aumentaram durante a pandemia?

Fernando Peres (F. P.): Sem dúvida. As pessoas estão mais em casa, em razão das restrições de locomoção, o trabalho remoto aumentou e ainda estamos mais atentos às informações e notícias. Da mesma maneira, os criminosos começaram a praticar os crimes com mais intensidade.

P. S.: Como se proteger?

F. P.: Devemos estar atentos, principalmente, no recebimento de mensagens por WhatsApp, redes sociais e e-mails. Esses são os principais meios pelos quais os criminosos procuram enviar mensagens para conquistar as suas vítimas. As *fake news*, muitas vezes, acabam por conduzir à prática de golpes, e por isso, devemos ter muito cuidado ao clicar em links e enviar dados pessoais.

P. S.: Boa parte das prefeituras e governos estaduais têm usado a internet para informar a população. A lei prevê que tipos de informações podem e devem ser disponibilizadas?

F. P.: Os governos devem sempre orientar a população e promover práticas adequadas de prevenção, controle e proteção da vida.

No entanto, não podem divulgar publicamente informações que possam ferir a intimidade dos pacientes. Quem divulgar dados sem autorização está sujeito às penalidades previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Já no caso de informações relacionadas à saúde, a divulgação é permitida quando não há identificação das pessoas, como em estatísticas e pesquisas.

P. S.: Quanto às *fakenews*. Na pandemia, esse tipo de conteúdo parece mais comum. A que você atribui isso?

F. P.: As *fakenews* aumentaram consideravelmente, desde o início da pandemia, principalmente pelo fato de que estamos todos mais presentes na internet, e muitas vezes, ansiosos por informações sobre a pandemia. Acabamos por consumir mais informações e compartilhá-las, principalmente sobre questões e temas mais delicados e importantes, como vacinação e auxílios do governo. Dessa maneira, perdemos um pouco a nossa atenção e compartilhamos as mensagens sem analisar sua veracidade. Há uma falsa impressão de que o compartilhamento dessas mensagens não causaria impacto, porém a desinformação, gerada em grande escala, muitas vezes causa danos irreparáveis.

P. S.: Você acredita que as leis brasileiras ainda carecem de normas que enquadrem melhor os crimes digitais?

F. P.: Não. A legislação criminal brasileira é adequada na proteção das vítimas dos crimes cibernéticos. Na maioria dos casos, trata-se de “velhos crimes, cometidos por novos meios”. Dessa maneira, a maior dificuldade não seria a tipificação dos crimes, mas o demorado desenvolvimento processual e a dificuldade na produção de provas.

Com o avanço da doença pelo mundo e sua chegada aos países mais pobres, autoridades do mundo todo começaram a discutir a possibilidade de viabilizar patentes dos medicamentos. Sobre este assunto, o Projeto Safety ouviu o renomado pesquisador Jorge Bermudez.

Dada a complexidade e também a urgência do assunto, a linha editorial optou por dividir a entrevista em duas partes, o que voltaria a acontecer mais algumas vezes em números posteriores.

## **“JORGE BERMUDEZ: PATENTES, VACINAS E O CENÁRIO DA PANDEMIA NO BRASIL – PARTE I” e “JORGE BERMUDEZ: PATENTES, VACINAS E O CENÁRIO DA PANDEMIA NO BRASIL - PARTE II”**

As entrevistas foram publicadas entre o final de outubro e o início de novembro de 2021.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2021/boletim-37-21>

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2021/boletim-39-21>

O Safety conversa com Jorge Bermudez, médico, doutor em Saúde Pública, pesquisador e chefe do Departamento de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz. Na entrevista, dividida em duas partes, o professor falou sobre patentes, vacinas e o cenário da pandemia no Brasil:

Projeto Safety (P. S.): Professor, há uma corrida por vacinas, qual a importância da quebra de patentes nesse processo, sobretudo

para os países emergentes como o Brasil?

Jorge Bermudez (J. B.): Há uma corrida mundial por vacinas e, ao mesmo tempo, há um “*apartheid*” das vacinas, na medida em que vemos que os países centrais, ao invés de apoiarem os mecanismos multilaterais de solidariedade, compraram antecipadamente as vacinas em quantitativos maiores do que suas necessidades. A “quebra de patentes” ou licenciamentos compulsórios, ao mesmo tempo que constituem um direito dos países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), quebram os monopólios e permitem a expansão das capacidades de produção das tecnologias para combater a pandemia. É necessário esclarecer que não estamos falando de vacinas apenas, mas de todas as tecnologias. Os mecanismos voluntários não são suficientes, e as empresas farmacêuticas geralmente limitam o escopo geográfico e impõem restrições que frequentemente dificultam o acesso universal, como seria necessário. Essa é a situação que estamos vivenciando e que caracteriza essa enorme iniquidade mundial, uma injustiça intolerável. Não é justo que países de renda alta e até média estejam discutindo e implementando a utilização de uma terceira dose ou dose de reforço, vacinando adolescentes e crianças, enquanto há países em regiões da África que não receberam vacina nem para os profissionais de saúde da linha de frente de combate à pandemia. Não é justo!

P. S.: Quais os benefícios das quebras de patente, uma vez que elas podem ser feitas, não só para vacinas, mas também para remédios e equipamentos que podem auxiliar no enfrentamento da pandemia?

J. B.: Eu considero que o atual sistema de propriedade intelectual, com a proteção patentária, é um sistema falido, fracassado, que não traz inovação para nossas necessidades, que não atende doenças relacionadas com a pobreza. Os benefícios da “quebra de patentes” são a expansão do acesso e a diminuição dos preços, tornando essas tecnologias acessíveis. Por outro lado, é necessário esclarecer que estamos falando de mecanismos aprovados por todas as instâncias regulatórias e políticas, ainda de acordo com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Há exemplos no mundo inteiro do impacto nos preços das licenças compulsórias. Com uma licença compulsória em 2014 na Índia (Sorafenib, produto oncológico), a produção genérica reduziu o preço em 30 vezes. Fica muito clara a diferença que a indústria nos impõe com relação a custo x preço.

P. S.: Como o senhor avalia a postura do Brasil nesse quesito? Por que é importante repensar essa postura?

J. B.: A postura do governo brasileiro diante da discussão ainda em curso na Organização Mundial do Comércio (OMC) foi vergonhosa e ficou muito aquém da liderança que o país já exerceu no passado em temas como o acesso universal ao tratamento de HIV/Aids, a produção local e a produção pública. Em outubro de 2020, a Índia e África do Sul fizeram uma proposta na OMC para a suspensão temporária (“waiver”) de determinados artigos do Acordo TRIPS para não haver proteção patentária de tecnologias associadas à pandemia, enquanto durasse a pandemia. O governo brasileiro se alinhou com os EUA do Trump e se opôs a essa proposta, na contramão de mais de 100 países que passaram a apoiá-la. Até os EUA, com o governo de Joe Biden, declarou

que poderia apoiar a flexibilização dessas normas com relação a vacinas. Repensar essa proposta no Brasil é uma obrigação para retomar alianças estratégicas, não apenas com a Índia e África do Sul, mas de alinhamento com os países em desenvolvimento e com blocos importantes, como os BRICS.

P. S.: Como essa postura acaba impactando no cenário que enfrentamos hoje?

J. B.: É claro que a postura do governo no plano internacional também se reflete no interior do Brasil. Desde o início da pandemia, surgiram no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado) diversos projetos de lei com teor semelhante às discussões na OMC, propondo suspender temporariamente a proteção temporária de tecnologias a serem utilizadas no combate à pandemia. Partimos do pensamento de que situações excepcionais e crises graves como a pandemia, não podem ficar sujeitas ao ritual e burocracia existentes no nosso marco regulatório, mas demandam, também, medidas excepcionais. Recentemente, foi aprovado no Senado, na Câmara dos Deputados e novamente no Senado, um projeto de lei (o PL n.º12/2021, do Senador Paulo Paim), mas que ao ser encaminhado para sanção presidencial, foi transformado na Lei n.º14.200/2021, mas com trechos vetados e que, sob a desculpa de “contrariar o interesse público”, retira todo o peso de obrigar os detentores de patentes a fornecerem as informações necessárias, aspectos técnicos aplicáveis e material biológico essencial. Em outras palavras, é como se fosse uma lei inócua. Temos que reverter esses vetos.

## **Jorge Bermudez, parte II**

Nesta edição você continua acompanhando a conversa com o médico, doutor em Saúde Pública, pesquisador e chefe do Departamento de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz, Jorge Bermudez.

O Brasil já se utilizou da quebra de patentes no passado e colheu muitos benefícios disso, mas é possível repetir esse processo. Como os setores da saúde devem se posicionar quanto a isso e o que esperar do futuro são alguns dos pontos abordados nessa segunda parte da conversa, confira:

P. S.: O Brasil já fez isso no passado? Quais foram os benefícios?

J. B.: O Brasil utilizou a flexibilidade do licenciamento compulsório no campo da saúde uma única vez, em 2007, com o antirretroviral Efavirenz. Essa medida possibilitou um período inicial de importação da Índia a um preço cinco vezes menor e viabilizando, dois anos depois, a produção pública nacional por Farmanguinhos/Fiocruz e a manutenção do tratamento de 75.000 pessoas em uso de Efavirenz no Brasil. Faz parte também de nossos princípios lutar pela soberania sanitária e o fortalecimento do nosso complexo econômico e industrial da saúde com a internalização da nossa capacitação tecnológica.

P. S.: Você acredita que as quebras de patente possam ser mais comuns a partir do que vimos e aprendemos com a atual pandemia?

J. B.: Eu espero que sim, na medida em que aumenta o conhecimento e a ideia das licenças compulsórias passa a ser desmistificada. Diversos países no mundo promoveram alterações legislativas para agilizar a emissão de licenças compulsórias. Entretanto, cabe lembrar que a licença compulsória do Efavirenz em 2007 foi em uma conjunção de forças políticas única no início do segundo governo Lula, com uma composição única no Ministério da Saúde e MRE, facilitando o diálogo intra-governo. Hoje temos um governo ultraliberal com uma agenda conservadora e afastado de parceiros tradicionais que poderiam ser blocos de extrema fortaleza. Vamos lembrar que, devido a diferenças ideológicas, conseguiram destruir a União de Nações da América do Sul (UNASUL) e o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), que vinham implementando reuniões, discussões e ações concretas para o fortalecimento e atividades conjuntas na região.

P. S.: Ao analisar o cenário atual, que conselho daria aos gestores em condições de pensar leis de quebra de patentes?

J. B.: Em primeiro lugar, vamos continuar defendendo o nosso SUS que esteve sempre na linha de frente em todas nossas necessidades, nos desastres naturais ou calamidades públicas, na atenção básica e especializada, na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e hoje no enfrentamento à Pandemia de covid-19. O Brasil, um país de 212 milhões de habitantes, não pode ser um importador de tecnologias ou “montador de cápsulas” a partir de insumos importados. Temos que fortalecer nosso Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS) e assegurar nossa soberania sanitária.

Quando foi aprovado o Acordo TRIPS na OMC em 1994, os signatários aprovaram as obrigações e as flexibilidades,

entre as quais estamos destacando a licença compulsória. Ela é um direito dos países signatários. No Relatório do Painel do Secretário-geral das Nações Unidas em acesso a medicamentos ([www.unsgaccessmeds.org](http://www.unsgaccessmeds.org)), é recomendado explicitamente que “os governos devem adotar e implementar legislação que facilite a emissão de licenças compulsórias” e também que “os governos e o setor privado devem se abster de ameaças, táticas ou estratégias explícitas, ou implícitas, que comprometam o direito dos membros da OMC de utilizar as flexibilidades do Acordo TRIPS”. Lembremos que no mandato do secretário-geral das Nações Unidas ao Painel de Alto Nível em acesso a medicamentos, foi solicitada a busca de soluções para a incoerência entre os direitos individuais (proteção patentária), diretrizes de Saúde Pública, leis e regulação de direitos humanos e regras do comércio.

Vamos apoiar e estimular a utilização das flexibilidades do Acordo TRIPS em defesa da vida e assegurando o cumprimento da cláusula constitucional de “saúde como direito de todos e dever do Estado”. Entre os países que mais utilizam as licenças compulsórias em outras áreas, como a tecnologia da informação (TI), estão os EUA. Vamos assegurar o acesso da população às tecnologias e lembrar que a proteção patentária pode ser caracterizada como uma barreira ao acesso, gerando monopólios e preços elevados.

Uma preocupação constante do projeto sempre foi, para além de informar sobre a pandemia, mostrar trabalhos de professores, alunos e ex-alunos da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Durante a Pandemia de covid, sobretudo em 2021, quando ainda se tentava entender o vírus e como combatê-lo, tivemos momentos em que cientistas deixaram as áreas em que se concentravam as suas pesquisas para

somarem esforços no enfrentamento ao coronavírus.

A entrevista do Boletim n.º 41, publicado em novembro daquele ano, busca captar essa essência e trazer à luz a importância formativa da UEL e ainda a existência de pesquisadores que tanto contribuíram e ainda contribuem no enfrentamento da doença.

41 - <https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2021/boletim-41-21>

## **A FORÇA DA UEL NO COMBATE À PANDEMIA**

Vinícius Fonseca

As contribuições da Universidade Estadual de Londrina (UEL) no enfrentamento à Pandemia de covid-19 vão além de espaços como o Hospital Universitário e outras ações promovidas na cidade e na região. Elas também estão presentes na qualidade dos serviços prestados por seus egressos.

Nesta edição, você confere a entrevista com o **biómedico Glauco Akelington Freire Vitiello**, que atualmente realiza estágio pós-doutoral no Laboratório de Imuno-Oncologia Translacional do Centro Internacional de Pesquisa e Ensino (CIPE) do A.C. Camargo Câncer Center financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Projeto Safety (P. S.): Qual a importância da UEL na sua formação?

Glauco Akelington Freire Vitiello (G. A. F. V.): Fiz a graduação na UEL, onde tive meu primeiro contato com a pesquisa por meio da iniciação científica ainda durante a graduação. No

primeiro ano trabalhei com microbiologia e bactérias resistentes. Já no segundo ano enveredei pela biologia molecular e câncer. Esse contato com a pesquisa me possibilitou acesso ao programa Ciência sem Fronteiras e tive a oportunidade de fazer parte da minha graduação em Portugal. Toda essa formação sólida que a UEL me deu, me conduziu de uma maneira natural para a carreira acadêmica. Entrei no mestrado em Patologia Experimental, também na UEL, e do mestrado fui para o doutorado.

P. S.: Como a pandemia interferiu ou mudou os rumos da sua trajetória?

G. A. F. V.: A pandemia veio no fim do meu doutorado, toda a ciência foi desviada para o estudo e a solução desse problema, afinal esse é o papel da ciência, dar solução aos problemas que são atuais para se pensar em futuro. A defesa do meu doutorado já aconteceu de maneira remota em razão da pandemia. Depois disso fiquei em um hiato, pois estava aguardando a aprovação de projetos. Essa espera me proporcionou integrar a equipe do Instituto para a Pesquisa do Câncer (IPEC), um centro de pesquisa novo em Guarapuava, que também havia desviado o foco do câncer para a covid-19, em um projeto de vigilância genômica do vírus causador. O objetivo do projeto era avaliar as características das Cepas circulantes. Nós sequenciamos o genoma de amostras virais de pacientes com covid para identificar mutações, identificar qual era a evolução das cepas circulantes. A grande inovação desse projeto é também fazer o sequenciamento de todos os exames desses mesmos pacientes infectados, em diferentes fases da doença, assim podíamos avaliar se mutações no genoma viral ou no genoma do

hospedeiro influenciariam a forma de apresentação da doença. Atualmente, os dados encontram-se em análise.

P. S.: Quais perspectivas você enxerga para os próximos meses de pandemia?

G. A. F. V.: As perspectivas são um tanto obscuras, mas se temos otimismo quanto ao avanço da vacinação, me preocupa o comportamento da população agora vacinada. Falta um certo conhecimento e discernimento – da população e dos governantes – de entender que a pandemia continua e o vírus continua evoluindo.

P. S.: Qual avaliação você faz do Brasil no enfrentamento à pandemia?

G. A. F. V.: O comportamento do Brasil foi um tanto quanto desastroso, principalmente no início da pandemia. Tivemos muitas mortes que podiam ter sido evitadas com medidas simples, como incentivo das medidas de distanciamento, higiene e uso de máscaras, mas sempre tivemos mensagens ambíguas.

P. S.: Quanto a nossa ciência. Você acredita que sairá mais forte desse momento?

G. A. F. V.: Sendo otimista, esperaria que nossa ciência saísse mais forte dessa pandemia, mas infelizmente o cenário também é catastrófico para os nossos cientistas. Se olharmos os investimentos no fomento de pesquisa, mesmo sabendo da importância dela em razão da pandemia, não houve avanço, mas cortes em ciência. A gente entende que o país está em crise, mas os cortes foram

desproporcionais, e isso deve enfraquecer a ciência. Mas, acredito que a população entendeu a importância da ciência!

Por essência, o boletim sempre se apegou a estudos científicos para, mais do que divulgar ciência, busca compreender a pandemia, desfazer mal-entendidos e ser uma fonte confiável de informação aos seus leitores.

A entrevista com a doutora Monica Bastos Paoliello é uma clara demonstração disso. A professora integrou uma equipe de estudos que buscou relacionar a covid-19 e as implicações climáticas. No início da pandemia, havia quem acreditasse que o fato de o Brasil ser um país tropical pudesse dificultar a proliferação do vírus, o que se provou uma especulação sem base científica.

O estudo do qual a professora fez parte apontou um novo caminho, investigando cidades do Paraná, além de São Paulo, e comprovou, agora com o devido método, que a condição climática mais quente do Brasil não impediria o vírus de seguir seu curso e que, por isso, era preciso que seguissemos atentos e nos cuidando.

<https://sites.google.com/view/projetosafety/boletins/2021/boletim-43-21?authuser=0>

## **MONICA BASTOS PAOLIELLO: COVID-19 E IMPLICAÇÕES CLIMÁTICAS<sup>2</sup>**

Para enfrentar uma nova doença, é fundamental conhecer suas características. Essa busca por respostas impulsiona a realização de pesquisas que procuram estabelecer as mais diversas relações. Com a pandemia do novo coronavírus, não foi diferente.

---

<sup>2</sup> Doutora Monica Bastos Paoliello: o estudo incluiu as três cidades mais populosas do Paraná, além da capital de São Paulo.

Entre os estudos que ganharam destaque nesse contexto, destaca-se uma pesquisa que investigou a relação entre a covid-19 e as implicações climáticas.

A seguir você confere o papo com a professora doutora Monica Bastos Paoliello que integrou a equipe que investigou o vírus sob essa ótica. Com uma base de formação fortemente ligada à Universidade Estadual de Londrina (UEL), a professora e pesquisadora associada no Departamento de Farmacologia do Albert Einstein College of Medicine em Nova York, EUA, e professora visitante na Fujian Medical University, em Fuzhou, China:

Projeto Safety (P. S.): No começo da pandemia havia quem dissesse que o clima do Brasil faria com que o vírus encontrasse dificuldades para se proliferar. Até que ponto você acredita que isso pode ter afetado as escolhas no começo do enfrentamento da pandemia?

Monica Bastos Paoliello (M. B. P.): No início da pandemia, conhecíamos muito pouco sobre o novo coronavírus. Em muitas partes do mundo, estudos mostravam que o vírus da *influenza* apresentava um ciclo sazonal de inverno acentuado, e algumas analogias foram feitas com o SARS-Cov-2 sobre a possibilidade de uma disseminação mais baixa no Brasil devido ao predomínio de altas temperaturas em vários estados, o que era razoável.

Entretanto, interpretar a relação entre meteorologia e covid-19 não foi tarefa fácil. Vários parâmetros meteorológicos foram estudados por outros autores, como fatores potenciais envolvidos na disseminação do vírus SARS-CoV-2, mas com resultados bastante conflitantes. Podemos fazer algumas considerações sobre esses resultados contraditórios.

Por exemplo, diversos estudos feitos no Brasil sobre clima e casos de covid-19 foram realizados em um período em que o país ainda não tinha uma capacidade adequada de testagem da doença (covid-19), o que pode ter gerado resultados com vieses pela provável significativa subnotificação de casos. No nosso estudo, tomamos o cuidado de iniciar as análises quando o Brasil aumentou a capacidade de testagem para o SARs-Cov-2, a partir de 1º de julho até 31 de outubro/2020, período que correspondeu à primeira onda da doença, anterior à nova variante de Manaus que predominou após novembro desse mesmo ano. Portanto, nosso estudo foi restrito à transmissibilidade da primeira e original variante identificada no Brasil e não foi confundido por padrões de transmissibilidade díspares de novas variantes virais.

Além das diferenças na capacidade de testagens que muitos estudos não consideraram (não apenas os brasileiros), outra questão a ser mencionada é a de que várias pesquisas analisaram dados agrupados de diferentes regiões e países, com condições geográficas muito distintas, usando uma variedade de métodos estatísticos (menos ou mais complexos), o que impactou na variabilidade dos resultados. No nosso estudo, foram incluídas as três mais populosas cidades do estado do Paraná (Curitiba, Londrina e Maringá) e a cidade de São Paulo, a mais populosa do Brasil.

Portanto, o enfrentamento da pandemia no início foi tumultuado pela falta do conhecimento das características do novo vírus, além das informações contraditórias sobre a relação entre o clima e a disseminação desse vírus. Nosso estudo mostrou que embora os parâmetros climáticos, como a temperatura, possam afetar a atividade do coronavírus, outros fatores parecem ter mais peso no bloqueio da rota de transmissão do SARs-Cov-2 e serão discutidos adiante.

P. S.: Quais foram os dados interessantes que o estudo trouxe entre a relação coronavírus e clima?

M. B. P.: Nossos resultados foram bastante interessantes e só foram possíveis graças à abordagem interdisciplinar e multiprofissional da nossa equipe. Sem o grupo da professora Mariana Urbano, da Estatística, e do prof. Pinese, da Geociências (ambos da UEL), do professor Henrique Pott Jr., da Infectologia (Universidade Federal de São Carlos), e dos colegas toxicologistas da Rússia e dos Estados Unidos, nosso estudo não teria sido viável!

Focando apenas na média móvel de 15 dias e nas correlações mais fortes obtidas nas quatro cidades estudadas (Londrina, Curitiba, Maringá e São Paulo), nossos resultados mostraram correlações entre os casos de covid-19 e: temperatura, pressão atmosférica, velocidade do vento, umidade e radiação solar. Nós só não obtivemos correlação com a precipitação (chuva).

Posteriormente, fizemos outra análise estatística, denominada análise de árvore de regressão, que combinou todas as variáveis climáticas estudadas. Os dados demonstraram que uma combinação entre velocidade do vento (entre  $\geq 0,3381$  e  $<1,173$  m/s), pressão atmosférica mais baixa ( $<930,5$  mb) e radiação solar mais baixa ( $<17,98e+3$  kj/m<sup>2</sup>) foram associadas a um maior número de casos de covid-19. Em contraste, a velocidade do vento mais baixa ( $<0,3381$  m/s) e a temperatura  $<23,86$  °C foram associadas a um menor número de casos de covid-19.

É interessante observar que no caso da temperatura, nosso estudo mostrou correlações negativas entre temperatura e casos de covid-19 nas cidades mais populosas do nosso estudo (Curitiba e São Paulo), ou seja, quanto mais baixa a temperatura, maior o número de casos (e vice-versa). Mas resultados opostos foram obtidos em Londrina e Maringá (os casos

umentam com o aumento da temperatura). Nesse caso, o hábito de sair de casa em climas mais quentes propiciou a disseminação do vírus? Não sabemos. Mais recentemente, a literatura científica tem apontado que a relação entre temperatura e o surgimento de novos casos de covid-19 não é linear e não parece ser direta, sofrendo a influência de outros fatores que vão para além dos aspectos meteorológicos.

P. S.: Como isso impacta no enfrentamento ao vírus a partir dos dados coletados?

M. B. P.: Quando o nosso grupo iniciou esse estudo, a questão primordial era entender como as variáveis meteorológicas poderiam afetar a propagação do novo coronavírus. E qual o “peso” da influência dos fatores climáticos no número de casos de covid-19, em relação a outros inúmeros fatores já identificados. Estudos demonstraram que as políticas de *lockdown*, a redução do movimento das populações, além da imunidade das pessoas contribuem fortemente para a mitigação da propagação do vírus. Embora tenhamos concluído que os fatores meteorológicos não são a principal causa da disseminação do novo coronavírus, nosso estudo, aliado à literatura consultada, oferece um conjunto robusto de dados que pode auxiliar os governos a considerar a heterogeneidade climática de seus países e regiões, permitindo a formulação de políticas específicas e mais adequadas a cada contexto local. No momento de nosso estudo, políticas de controle adequadas e uma resposta governamental consistente ao vírus não estavam disponíveis, em parte devido à falta de conhecimento sobre esta nova doença. Mesmo que a informação estivesse disponível, é necessário considerar a pobreza generalizada no Brasil como uma variável adicional de confusão, reconhecendo

a inviabilidade de realizar o isolamento domiciliar mesmo que legalmente imposto.

Por ser um boletim informativo e de ciência, o Safety também se preocupou em fazer um jornalismo em saúde baseado em informações fortemente alicerçadas em estudos científicos.

Por essa característica acabou se tornando também objeto de estudo de uma aluna da própria UEL. A estudante de jornalismo Karina Oliveira realizou, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma análise do conteúdo do boletim. Durante parte desse processo, ela também chegou a integrar a equipe responsável pela produção do material.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2021/boletim-45-21>

## **ALUNA DE JORNALISMO DA UEL TRANSFORMA BOLETIM EM PESQUISA**

**Karina Oliveira decidiu pela pesquisa, durante estágio,  
após identificar a importância do boletim no combate às  
*fake news*.**

Vinícius Fonseca

O boletim informativo do Safety, este que você lê agora, se tornou objeto de pesquisa de uma aluna do Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Orientada pelo professor Gutemberg Medeiros de Araujo, a estudante Karina Oliveira decidiu fazer de suas experiências no estágio a matéria-prima para o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ela acredita que o boletim informativo do Safety

serve como fonte para combater *fake news*, informar a população e ainda atua como um registro de um período marcante da história, a pandemia.

Confira mais detalhes sobre a pesquisa na entrevista a seguir:

Projeto Safety (P. S.): Como se deu sua entrada no Safety?

Karina Oliveira (K. O.): Eu entrei no Projeto Safety por indicação de um professor. Fiz um texto para o projeto “UEL pela Vida”, e ele acabou não sendo selecionado e me indicaram para o Safety.

P. S.: Como se decidiu pela temática da pesquisa?

K. O.: A pandemia me afetou muito e eu quase não conseguia produzir, então entrei no Safety e comecei a entender outras demandas do projeto. A Marselle (coordenadora do projeto) queria dar uma cara jornalística a ele e me falava sobre a possibilidade de torná-lo a minha pesquisa. Então, me indicaram o professor Gutemberg e ele reforçou a ideia de transformar o próprio Safety em projeto de pesquisa. Eu acabei me envolvendo demais ao longo da pandemia e percebi que havia o que analisar ali. No Safety, passei a ter um contato maior com o jornalismo científico e a coleta de dados.

P. S.: O que é investigado em seu projeto de pesquisa?

K. O.: Uma das coisas que mais me chamaram a atenção foi a quantidade de fake news durante a pandemia. Chegamos a receber um e-mail de uma pessoa afirmando que tinha a cura para a covid. Portanto, farei um breve histórico sobre o projeto e sua importância

para a comunidade científica e para a população em geral.

A pesquisa tem foco nas *fake news* e o papel do boletim no enfrentamento às notícias falsas. Também farei um comparativo com outros boletins, como, por exemplo, o da Fiocruz, que tem um perfil totalmente diferente do nosso.

P. S: Após quase dois anos de projeto, qual você acredita ser a relevância do boletim e do trabalho desempenhado por você e os demais jornalistas envolvidos?

K. O.: O boletim traz notícias de qualidade e a gente tem o cuidado de traduzir os estudos e informar a população. O boletim virou uma mídia que hoje alimenta todo o projeto e suas redes sociais, além de ter enfrentado as *fake news*, sendo uma fonte confiável de informação.

Na última edição do ano de 2021, coube a mim, (Vinícius Fonseca), como principal contribuinte do espaço “**Entrevista Safety**”, fazer um breve resumo do que aquele ano tão doloroso e desafiador significou, não só para os que faziam e fazem parte do projeto, mas para toda a humanidade, naquele momento.

O Boletim n.º 46 saiu em 20 de dezembro daquele ano, e trazia, no lugar de uma entrevista “ping-pong”, o seguinte texto:

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2021/boletim-46-21 - boletim 46>

## **UM BREVE RESUMO SOBRE 2021**

**A seção apresentou estudos e preocupações relacionadas a covid em diferentes áreas, além de fazer uma defesa da ciência.**

Vinícius Fonseca

O último boletim de 2021 chegou. Um ano marcado por desafios, principalmente no que tange ao enfrentamento da pandemia e à sua cobertura, proposta deste material. Entre os espaços que se mantiveram regulares nesse processo está o Entrevista Safety, que sempre buscou trazer um olhar diferenciado sobre temas e profissionais que enfrentaram as dificuldades impostas pelo cenário pandêmico. Aqui, o leitor do boletim acompanhou, por exemplo, entrevistas no campo do Direito que tratavam do papel das leis trabalhistas na proteção aos profissionais de aplicativos de transporte ou delivery. Em outro momento, abordamos os cuidados e as proteções oferecidas pelas leis de internet na prevenção e no atendimento a casos de golpes cibernéticos.

As entrevistas trataram ainda de outros temas, como a invisibilidade profissional, ou seja, aqueles trabalhadores que atuam estrategicamente no enfrentamento à doença e nem sempre são notados. Sempre pautados em defesa da verdade jornalística e os cuidados com a informação, o quadro buscou ainda discutir temas como a importância da quebra de patentes para facilitar a distribuição de medicamentos e a compra de vacinas. Apresentou estudos que ajudam a entender melhor a covid, como, por exemplo, suas relações com o clima. O espaço também foi utilizado para evidenciar a força das ciências e, principalmente, da Universidade Estadual de Londrina na formação de profissionais que marcarão – e serão marcados – por um dos momentos mais significativos da história recente da humanidade. Esperamos que em 2022 este trabalho possa seguir, levando muita informação e entrevistas de qualidade à

população dentro e fora do escopo científico.

Começamos o quadro Entrevista Safety de 2022 destacando a importância da vacinação infantil naquele ano que se iniciava com tantas esperanças quanto incertezas. Sabíamos, porém, que havia sólidas bases científicas para enxergar nas vacinas a oportunidade de começar a superar a calamidade que enfrentamos nos anos anteriores.

Novas cepas, assunto que marcaria 2022, já vinham sendo apresentadas e discutidas por nós no Projeto. Em fevereiro de 2022, por exemplo, trazíamos algumas matérias sobre a Ômicron.

As vacinas e a importância da vacinação, outro tema recorrente no ano, também tinham seu destaque, e isso motivou a busca pelo médico pediatra Cláudio Amorim.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-1-22>

## **CHEGOU A HORA E A VEZ DAS CRIANÇAS**

**Pediatra, Cláudio Amorim<sup>3</sup>, fala da importância da vacinação de jovens e crianças, o mais novo desafio no enfrentamento à covid-19.**

Vinícius Fonseca

A vacinação contra a covid-19 no Brasil tem um novo desafio já no início de 2022, garantir a imunização de crianças e adolescentes. O Safety conversou com o pneumologista pediátrico Cláudio Amorim, que falou sobre os benefícios da vacina para os pequenos. Além de reduzir os riscos de surgimento da forma grave da doença, também pode prevenir complicações futuras,

<sup>3</sup> Doutorando em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e professor do Departamento de Pediatria da mesma instituição

como a Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIMP), que pode surgir em decorrência da infecção. O médico lembra ainda que a vacinação dá mais segurança para um possível retorno às aulas dos jovens. Ele acredita ainda que o longo período e as vivências em situação de pandemia devem influenciar positivamente nos hábitos de higiene das crianças em um futuro próximo.

Projeto Safety (P. S.): Qual a importância de se vacinar as crianças contra a covid?

Cláudio Amorim (C. A.): A principal importância é a de reduzir o risco de complicações da covid-19 (alterações em sistemas sensorial, neurológico e cardiorrespiratório).

Importante destacar que a vacina não impede o contágio pelo coronavírus, mas reduz significativamente a chance de manifestações graves da covid-19, assim como o risco de complicações futuras, como a SIMP – uma síndrome inflamatória aguda, grave e com alta mortalidade, especialmente no Brasil em comparação com outros países. Além disso, os sobreviventes apresentam alto risco de sequelas cardíacas, respiratórias e neurológicas. A vacinação representa um mecanismo de segurança para o retorno das crianças e adolescentes ao convívio escolar.

P. S.: Por ser uma nova vacina, muitos pais podem se preocupar quanto aos riscos. Afinal, há motivos para esse tipo de pensamento?

C. A.: Riscos raros na ocorrência de efeitos adversos graves (miocardite/pericardite); os benefícios da vacinação, prevenção de casos, hospitalizações e mortes, além da menor taxa de

transmissão entre contatos próximos, superam os riscos de seus efeitos adversos.

Nos casos em que houve miocardite pela vacinação, houve menor gravidade do que a miocardite causada pela covid-19. Os vacinados tiveram menos internações e menos admissões em UTI por miocardite do que aqueles que tiveram miocardite pela covid-19.

É importante lembrar aos pais que, como toda vacina, essa pode apresentar efeitos leves como febre, dor de cabeça e fadiga temporariamente.

P. S.: O que representa deixar seu filho sem vacina?

C. A.: O risco de morte por covid-19 nas crianças sem vacina é maior do que nas crianças vacinadas.

Apesar da letalidade nas crianças ser menor do que nos adultos, está longe de ser negligenciada, uma vez que no Brasil a taxa de letalidade é maior que em outros países, como EUA e Reino Unido.

A menor gravidade da covid-19 em crianças, comparadas aos adultos, fez com que este grupo etário fosse subestimado em sua real carga da doença. Além de tudo, vacinar reduz as taxas de transmissão e diminui as oportunidades de surgimento de variantes do vírus.

P. S.: Que avaliação você faz sobre como a vacinação vem sendo conduzida?

C. A.: A estratégia de vacinação dos adolescentes deve ser organizada pelos órgãos governamentais, nas suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal), sequencialmente à vacinação do adulto. De modo ideal, a vacinação deve, nos seus

estágios iniciais, priorizar adolescentes com fatores de risco, utilizando critérios semelhantes aos já aplicados para adultos.

P. S.: Além da vacina, quais outras atenções os pais devem ter quanto aos cuidados dos filhos?

C. A.: Manter os cuidados protetivos: usar máscaras de forma adequada (cobrindo nariz e boca, com as laterais sem espaço), lavar sempre as mãos e/ou higienizá-las com álcool em gel, evitar aglomerações, evitar sair de casa se estiver com sintomas respiratórios (tosse, coriza) e evitar contato com pessoas sabidamente doentes ou com sintomas respiratórios.

P. S.: As crianças têm vivido há dois anos na pandemia. Isso deve influenciar o comportamento delas quanto aos cuidados e higiene pessoal?

C. A.: Sim! Adaptação às mudanças nos padrões habituais de vida: restrições de movimento, uso de máscaras. É fundamental que todos saibam como proceder para evitar o contágio e a disseminação da doença, além de manter uma rotina em casa que deve ser seguida. Definir um local para acomodar os sapatos, criar áreas de transição e desinfecção, cesto para roupas, entre outros cuidados, contribui para um convívio mais tranquilo e seguro.

Em razão do *boom* da covid entre 2020 e 2021, o ano de 22 também trouxe consigo estudos e a preocupação de se discutir os efeitos da doença, sobretudo no estágio que os especialistas passaram a denominar covid longa.

Já existiam, em fevereiro de 2022, muitos pacientes que tratavam os efeitos deixados pelo vírus em seus corpos. Esses iam desde dores até dificuldades respiratórias, entre outros.

Para falar do tema, convidamos o doutor Alcindo Cerci Neto e descobrimos ali que, assim como o Projeto Safety dependia de um esforço multidisciplinar para existir e informar com qualidade, a recuperação de pacientes acometidos pela covid longa dependia de contribuições de profissionais da saúde de diferentes áreas.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-3-22>

## **COVID LONGA EXIGE TRATAMENTO MULTIDISCIPLINAR**

**Doutor Alcindo Cerci Neto<sup>4</sup> destaca que quadro da  
doença nem sempre tem relação com infecções graves.**

Vinícius Fonseca

Você já ouviu falar em covid longa? Trata-se da persistência de alguns sintomas relacionados à doença que perdurem por oito semanas ou mais, após o paciente ter sido diagnosticado com covid-19.

Professor associado de pneumologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), doutor Alcindo Cerci Neto explica que esse quadro da doença necessita de uma atenção multidisciplinar, como é comum em doenças crônicas.

O médico também faz um alerta: “Importante ressaltar que não há relação entre a gravidade da infecção aguda por covid-19 e a covid longa”.

O pneumologista reforça ainda que os cuidados relacionados a covid, como fazer a higiene, uso de máscaras

---

4 Professor associado de pneumologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

e evitar aglomerações, ainda são a melhor forma de combate à doença. Confira mais na entrevista concedida ao Safety:

Projeto Safety (P.S.): O que é covid longa e como saber se estou dentro do quadro?

Alcindo Cerci Neto (A. C. N.): A covid longa é definida como a persistência de alguns sintomas, como fraqueza muscular, depressão e sintomas cognitivos, doenças respiratórias, falta de ar e tosse, alterações de olfato ou paladar, associadas a infecção por covid-19, e que persistem após oito semanas do início dos sintomas.

P. S.: Estudos apontam para diversas sequelas. Qual a importância da multidisciplinaridade no enfrentamento à doença?

A. C. N.: Em qualquer doença crônica o atendimento multidisciplinar é de fundamental importância. A atuação nutricional, fisioterapêutica, de enfermagem, médica e diversas outras áreas como a assistência social é de fundamental importância na covid longa.

P. S.: Uma pessoa pode ter tido covid uma vez sem sequelas e depois ter a doença na forma longa?

A. C. N.: Importante ressaltar que não há relação entre a gravidade da infecção aguda por covid-19 e a covid longa. Então, é possível, sim, que em reinfecções, mesmo que com quadros mais leves, se associe à covid longa.

P. S.: Como saber mais sobre a doença ajuda no enfrentamento?

A. C. N.: Evitar quadros agudos é a melhor maneira de prevenir a covid longa, como a vacinação, uso de álcool em gel.

P. S.: Há mudança na forma de tratamento da covid longa com relação ao outro quadro da doença?

A. C. N.: Sim, a covid longa como uma doença crônica, tem um tratamento voltado para os sintomas residuais e para as doenças instaladas, dentro de uma especialidade médica, e sempre multiprofissional.

Em março de 2022, o **Projeto Safety** celebrava seus dois anos de atuação. Sabíamos que a pandemia estava longe do fim e que teríamos muito trabalho naquele ano.

Ao mesmo tempo que ultrapassávamos no Brasil a triste marca de 650 mil mortos pela doença, falávamos de uma nova cepa, Deltacron, uma mutação, uma nova ameaça, que deixava ainda mais distante o sonho do fim da pandemia. Também discutíamos as vacinas, a necessidade do seu uso e as implicações do mesmo.

Com tantos temas fundamentais e um futuro incerto, estava claro que o projeto seguiria cumprindo o seu papel Informativo, logo a entrevista que abriria o quadro tinha que ser da coordenadora do Projeto, Marsele Nobre de Carvalho.

Na entrevista, ela fez um balanço dos feitos alcançados até então e também revelava os planos para os meses seguintes do projeto.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-6-22>

## **DOIS ANOS DE PROJETO SAFETY**

**A professora Marselle Nobre de Carvalho<sup>5</sup> fala de dois anos de um projeto de extensão universitária completamente remoto e voltado especialmente para a divulgação de informações corretas sobre a Pandemia de covid-19.**

Vinícius Fonseca

No início da Pandemia de covid-19, no meio de uma enxurrada de informações sobre o vírus e as medidas de proteção e segurança, um grupo de professores, estudantes de graduação e pós-graduação se reuniu para ofertar informações corretas e seguras aos profissionais de saúde. Assim, nasceu o Projeto Safety, no dia 31 de março de 2020.

A professora Marselle Nobre de Carvalho, docente do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e coordenadora geral do Projeto Safety, conversou conosco para fazer um balanço desses dois anos e falar sobre os próximos passos do projeto.

Projeto Safety (P. S.): Dois anos de projeto de extensão totalmente remoto e voltado exclusivamente à oferta de informações sobre a pandemia. Você pode nos falar sobre as principais produções do projeto?

Marselle Carvalho (M. C.): Como você pode imaginar, o projeto tem muitas produções relevantes. Posso destacar os nossos encontros com transmissão ao vivo pelo canal do projeto no

---

<sup>5</sup> Docente do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e coordenadora geral do Projeto Safety

YouTube, realizados no primeiro ano da pandemia. Foram muitas rodas de conversa e Papo Safety, com temas importantíssimos, desde a reinvenção da atenção básica à saúde mental. Também quero destacar a produção de uma web série, o Momento Safety, para o Instagram e YouTube. Essa websérie foi idealizada, roteirizada e produzida pelos estudantes, com a colaboração e revisão de docentes e consultores externos. Foi uma experiência incrível! No segundo ano do projeto, focamos na produção do boletim semanal, publicado toda segunda-feira a partir de 18h no site do projeto ([www.projetosafetyuel.com](http://www.projetosafetyuel.com)). Hoje, temos mais de 70 boletins publicamos.

P. S.: Nos fale mais sobre os boletins semanais. Como os temas são escolhidos e organizados na publicação periódica?

M. C.: É importante falar como surgiu a ideia dos boletins. O projeto se inspira bastante na Fiocruz, que tem um boletim importantíssimo elaborado pelo Observatório da covid-19. Percebi que tínhamos muito potencial no projeto para a produção textual e que seria possível fazer uma oferta de conteúdo para além dos *cards* elaborados para as redes sociais. O primeiro número escrevi sozinha, e foi publicado no dia 25 de maio de 2020. Eu não sabia, mas em breve o boletim se tornaria o principal produto do projeto. Daí pra frente não paramos mais. Depois que agregamos mais colaboradores na produção do boletim, precisamos organizar o processo. Atualmente, o boletim tem três seções fixas: “Seção Epidemiológica”, “Notícias da Semana” e “Papo Jurídico”. A “Seção Epidemiológica” dá bastante trabalho e reúne dados do mundo, do Brasil, do Paraná, da 17ª Regional de Saúde e de Londrina. Esta seção já mudou bastante – assim como

o próprio Boletim. A seção “Notícias da Semana” se baseia em uma clipagem que orienta a produção de textos, e a organização das matérias segue a lógica da data de publicação na semana. Já o “Papo Jurídico” é elaborado pelo grupo de trabalho composto por estudantes de direito e advogados e sempre traz uma análise sobre a pandemia à luz do ordenamento jurídico. As demais seções variam. Estamos tentando manter a seção Entrevista Safety quinzenalmente, mas nem sempre conseguimos porque dependemos do retorno dos convidados.

P. S.: Além do boletim, quais são as outras produções do projeto?

M. C.: Publicamos *cards* com informações variadas sobre a pandemia diariamente no Instagram e Facebook do projeto Temos uma programação que respeita o desenho do *feed*, que foi cuidadosamente pensado pela estudante de design gráfico que esteve por um tempo conosco. Os destaques da programação do Instagram são o “XÔ, Corona”, às quartas, e o “De Olho na Curva”, aos domingos. O primeiro trata-se de um vídeo de um minuto e o segundo é a apresentação da curva de casos e óbitos de Londrina. No canal do YouTube, que ainda está subutilizado, destaco a publicação do vídeo “De Olho na Vacina” aos sábados a partir de 18h. Por meio deste vídeo podemos acompanhar a vacinação na cidade de Londrina e dar dicas rápidas sobre as vacinas. Também temos cartilhas, e-books e um painel atualizado quinzenalmente com dados locais.

P. S.: Para concluir nossa entrevista, qual é o futuro do Projeto Safety?

M. C.: Enquanto o novo coronavírus estiver circulando e existirem casos e óbitos pela covid-19, o projeto estará por aqui. No aniversário do projeto, vamos comemorar com uma live no dia 1º de abril, que será transmitida pelo nosso canal no YouTube. Este é nosso futuro a curtíssimo prazo (risos). A médio e longo prazos, pensamos em: rever a periodicidade do Boletim, que muito provavelmente se tornará quinzenal; realizar atividades de prevenção da covid-19 e de outras doenças infecciosas em escolas e outros espaços; e também produzir uma nova websérie para o Momento Safety.

O ano de 2022 trouxe consigo as vacinas e uma redução no número de casos graves, o que gerou, em parte da população, uma falsa sensação de que a pandemia havia acabado ou de que, ao menos, estava próxima do fim.

O Projeto Safety sempre esteve atento aos movimentos de nossa sociedade e o seu quadro de entrevistas, mas do que informar, alertava as pessoas sobre o risco de adotar uma flexibilização nos cuidados acerca da covid-19, como mostra a entrevista feita na sexta edição do boletim daquele ano.

Na entrevista da vez, a virologista e professora Lígia Galhardi pedia cautela quanto às flexibilizações, tanto por parte das pessoas quanto do poder público.

Seu alerta tentava sinalizar para algo que o Projeto Safety já indicava em boletins anteriores. Embora tivéssemos avançado no combate à pandemia, seu fim ainda era incerto, e havia uma longa luta pela frente.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-8-22>

## **FLEXIBILIZAÇÃO DE RESTRIÇÕES PODEM LEVAR A NOVO AUMENTO DE CASOS**

**Virologista e professora Ligia Galhardi pede cautela quanto ao momento de flexibilizações.**

Vinícius Fonseca

Nos últimos meses foi possível perceber uma redução no número de internações e de mortes ocasionadas pelo coronavírus.

Somada a isso, a permissão para o não uso de máscaras em ambientes fechados, indicada por diversas lideranças governamentais, parece apontar para o fim da pandemia – mas será que é possível fazer esse tipo de prognóstico?

Para a professora de Virologia Básica e Aplicada, do Departamento de Microbiologia, do Centro de Ciências Biológicas, da Universidade Estadual de Londrina, Ligia Galhardi, o momento é de maior controle, mas ainda não é possível prever o fim da pandemia, “devemos ficar em estado de alerta”, diz.

A professora afirma ainda que o avanço da vacinação e a melhora dos indicadores da pandemia, que vem sendo usados como argumento para a flexibilização das medidas restritivas, podem favorecer um novo aumento no número de casos e até mesmo o surgimento de novas variantes.

Projeto Safety (P.S.): Há pouco mais de dois anos, a OMS anunciou o início da pandemia. Muitas previsões foram feitas desde então, mas, afinal, a pandemia está mesmo se aproximando do fim?

Ligia Galhardi (L. G.): É melhor dizer que estamos vivendo um momento de maior controle, com redução de casos e mortes

pela covid. Mas ainda é preciso cautela para afirmar o fim da pandemia, pois se usarmos como exemplo o aumento recente do número de infecções e hospitalizações nos países da Europa e da Ásia, e que em outros momentos da pandemia, após picos nesses continentes, o vírus avançou novamente para o Brasil, devemos ficar em estado de alerta. Portanto, infelizmente, ainda não é possível fazer esta previsão, pois, neste momento, cada país está enfrentando uma situação diferente, com desafios diferentes, especialmente em relação ao avanço da vacinação e adoção de medidas de restrição.

P.S.: Já é hora de diminuir restrições como, por exemplo, a necessidade do uso de máscaras?

L. G.: O avanço da vacinação e a melhora dos indicadores da Pandemia de covid-19 são os principais argumentos para a flexibilização de medidas restritivas, incluindo o uso de máscaras, por estados e municípios. No entanto, estas flexibilizações, combinadas ao aumento de encontros presenciais, favorecem as chances de contaminação, no caso da presença de um indivíduo infectado, principalmente porque a vacinação ainda não atingiu 100% da população. Além disso, outros vírus respiratórios que também eram prevenidos por estas medidas voltarão a circular com maior intensidade. Portanto, é importante que as pessoas tenham consciência dos riscos decorrentes da diminuição das restrições e fiquem atentos a possíveis sintomas. O município, por sua vez, também precisa manter o acesso a testes diagnósticos, incentivar a vacinação e estar preparado para novos aumentos de casos.

P. S.: A possibilidade do surgimento de novas variantes pode influenciar no controle e na expectativa pelo fim da pandemia?

L. G.: As modificações genéticas que acarretam o aparecimento de novas variantes é um mecanismo frequente para alguns vírus, incluindo o vírus SARS-CoV-2, causador da covid-19. Essas modificações nem sempre dão origem a vírus mais letais e algumas variantes formadas podem, inclusive, interromper a cadeia de transmissão viral. Entretanto, em um estado de pandemia, onde há maior circulação e/ou transmissão de um vírus, a ocorrência dessas modificações e, conseqüentemente, a formação de novas variantes ocorre de forma mais acelerada. Por outro lado, à medida que a circulação viral vai sendo controlada, principalmente pela imunidade natural e/ou pela vacinação, espera-se que a formação de novas variantes ocorra com menor frequência. Dessa forma, o surgimento de novas variantes ainda poderá ocorrer, assim como a necessidade de atualizações na composição das vacinas e novas doses de reforço, semelhantemente à vacina da gripe, mesmo com o fim da pandemia. Vale ressaltar ainda que a necessidade de diferentes doses vacinais para a covid-19, no momento, deve-se também ao estado de pandemia, com o objetivo de controlar mais rapidamente a circulação viral. Em um futuro possivelmente próximo, a necessidade de doses de reforço será mais bem estabelecida.

P. S.: Ainda que estejamos próximos ao fim da pandemia, quais efeitos desta serão vistos a longo prazo?

L. G.: Além das perdas irreparáveis, dos efeitos econômicos, psíquicos e sociais, referindo-se ao ponto de vista virológico, a

Pandemia de covid-19 mostrou a fragilidade do mundo frente aos agentes infecciosos e que é crucial investir na ciência. Novas epidemias e pandemias poderão surgir e precisamos estar mais preparados para combatê-las. O desenvolvimento de estratégias de controle, como a disponibilização de vacinas em um curto período, só foi possível, por exemplo, porque já havia estudos avançados em outros países sobre as novas tecnologias de produção – desenvolvidas, inclusive, para os coronavírus pandêmicos anteriores (SARS-1 e MERS). Esses países investem fortemente na única saída: a ciência e a tecnologia. Já o Brasil, esbarra em diversas dificuldades para avançar na produção de seus próprios insumos, com grande dependência técnica e científica para produção de vacinas, testes diagnósticos e realização do monitoramento epidemiológico. Essas lacunas poderiam ser minimizadas com uma estratégia coordenada de investimento em pesquisa e desenvolvimento, essencial para controlar não só a covid-19, mas diversas doenças infecciosas persistentes e negligenciadas que afetam nosso país.

O uso das vacinas no combate à covid-19 enfrentou um árduo caminho no mundo todo. Embora cientistas defendessem seu uso, dedicassem horas de estudos em seu aprimoramento e os resultados mostrassem o quanto a vacinação era benéfica, o método era vítima de constantes notícias falsas.

Essas notícias ganhavam ainda mais relevância e espaço quando eram irresponsavelmente difundidas por autoridades. No Brasil, uma das figuras que melhor representou isso foi o então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

Em discursos infundados, em lives e entrevistas, Bolsonaro aparecia constantemente questionando a eficácia do medicamento, reclamando que ele foi produzido rápido demais e isso poderia representar riscos, até mesmo dizendo que não se responsabilizaria se alguém que aderisse às vacinas virasse “jacaré”.

Por mais absurdas e sem fundamento científico que pudessem parecer tais declarações, elas refletiam no comportamento de uma parcela significativa da sociedade que se recusa a aderir à medicação.

Na contramão desse movimento estava o boletim do Projeto Safety. Cumprindo seu papel de combater a desinformação e orientar sobre as melhores práticas científicas, nosso quadro de entrevistas ouviu o médico e farmacêutico Flávio Luise Bressan – com uma das graduações feitas na UEL – sobre os benefícios da vacina.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-9-22>

## **APRIMORADAS DESDE A CRIAÇÃO, VACINAS APRESENTAM MAIS BENEFÍCIOS QUE RISCOS**

**Médico especialista em Saúde coletiva, Flávio Luise Bressan aconselha a vacinação e dá dicas sobre o tema.**

Vinícius Fonseca

Pouco mais de dois anos após o início da pandemia, a ciência conhece cada vez mais sobre o vírus da covid-19, o que possibilitou a criação, em tempo recorde, das vacinas que combatem a doença.

No entanto, o surgimento da medicação veio acompanhada de movimentos contrários ao seu uso. Entre as justificativas dos antivacinas está justamente o fato dos laboratórios terem atuado de maneira veloz na criação de tais medicamentos.

O farmacêutico e médico especialista em Saúde Coletiva, Flávio Luise Bressan, comenta que tais argumentos são infundados, pois, de acordo com ele, toda medicação passa por rigorosos testes antes de ser disponibilizada ao público.

Ainda, conforme o médico, tais teorias são geralmente baseadas em artigos que não tiveram as devidas validações científicas, o que torna seus resultados questionáveis.

Projeto Safety (P.S.): A vacinação tem progredido no país, mas ainda há quem tenha receio. Que conselho você dá para essas pessoas?

Flávio Luise Bressan (F. L. B.): As vacinas vêm sendo aprimoradas desde 1796, e hoje já temos um conhecimento seguro e aprofundado sobre seu funcionamento. Além disso, são utilizadas desde recém-nascidos até idosos. Vacinas praticamente erradicaram doenças como a poliomielite e a varíola, de modo que o receio em relação à sua aplicação se mostra infundado.

Algumas alas antivacinas citam como fonte da desconfiança artigos “científicos” e que esta vacina está em estado experimental. Tais artigos foram desmascarados como tendenciosos e com viés monetário, e toda parte experimental das vacinas para covid-19 foi rigorosamente executada, com esforço gigantesco para que as vacinas fossem disponibilizadas em tempo recorde. As vacinas são seguras e o conselho é que se vacinem.

P. S.: Durante essa “onda” antivacina foram apontados possíveis riscos ligados à vacinação, mas o que se pode dizer sobre isso?

F. L. B.: Quanto aos riscos da utilização da vacina e seus efeitos colaterais, todas as vacinas, medicações e procedimentos apresentam riscos, mas vale lembrar que tudo na área médica só se torna disponibilizado ao público se o risco gerado ao paciente se mostra bem menor que o benefício que ele irá receber. Pois até atravessar a rua nos causa risco e estamos dispostos a corrê-lo todos os dias.

P. S.: Se tomei a vacina, quais são boas práticas a se ter? Posso fazer exercícios ou ingerir bebidas alcoólicas?

F. L. B.: Mesmo com o uso da vacina, ainda é importante manter o uso de máscaras e evitar o contato direto com pessoas fora do nosso meio familiar, a fim de reduzir o risco de contágio. Após a vacinação, não há qualquer restrição à prática de exercícios físicos – inclusive, praticantes dessas atividades costumam apresentar melhor resposta imunológica a qualquer vacina. O consumo de bebidas alcoólicas também não é proibido, mas deve ser sempre moderado.

P. S.: Se tive febre ou algum outro efeito colateral, devo me preocupar? Como proceder?

F. L. B.: Alguns efeitos colaterais são comuns em vacinas em geral, inclusive nas vacinas contra a covid-19, como febre, dor no corpo, dor no local da aplicação e fraqueza. Esses sintomas costumam surgir nos primeiros dias após a vacinação e, geralmente, duram até cinco dias. É possível utilizar antitérmicos comuns que normalmente temos em casa. No entanto, caso haja uma evolução do quadro, com sintomas diferentes dos mencionados ou com prolongamento da duração, é necessário buscar atendimento médico para verificar a real causa do problema.

P. S.: Já estou vacinado, com duas ou mais doses. Posso relaxar nos cuidados? Quais boas práticas devo manter?

F. L. B.: Com as duas doses iniciais e as doses de reforço sua chance de desenvolver algum caso grave de covid-19 é baixa, porém a infecção pelo mesmo ainda pode ocorrer, e junto com

ela todos os desconfortos que uma gripe forte pode causar, além de expor familiares, amigos e colegas de trabalho ao mesmo risco. Sendo assim, é importante mantermos o cuidado com locais de grande aglomeração e o uso de máscara, principalmente em locais fechados.

Visto a grande quantidade de pessoas já vacinadas, é possível que nas próximas semanas a obrigatoriedade do uso de máscaras possa ser deixado de lado no Brasil e no Paraná, assim como já ocorreu em locais abertos. Contudo, tais cuidados ainda são interessantes em locais de aglomeração e ambientes em que não conhecemos a situação vacinal e de saúde das outras pessoas.

Quando falamos de uma pandemia, estamos falando de uma doença capaz de atingir milhares de pessoas no mundo todo. O cenário pintado pelo acovid-19 deixou claro desde seu início, muito antes de chegar ao Brasil, que necessitaria de um esforço coletivo.

No ano de 2022, o papel dessa coletividade humana já era facilmente notado, devido a todos os embates e desgastes que tivemos enquanto sociedade. Novamente o quadro de entrevistas do boletim entrou em cena para reforçar esses aspectos e lançar luz às necessidades de Londrina, do Brasil e do mundo.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-11-22>

## **PANDEMIA REFORÇA A IMPORTÂNCIA DA COLETIVIDADE**

**Para a professora Beatriz Zampar<sup>6</sup>, os últimos anos mostram a necessidade de medidas e mobilizações pensadas coletivamente.**

Vinícius Fonseca

A pandemia pelo novo coronavírus, iniciada em 2019, será lembrada como um dos momentos mais desafiadores da humanidade neste século.

Durante esse período, algumas áreas ganharam destaque no enfrentamento ao cenário pandêmico, como, por exemplo, as áreas de Saúde Básica e Atenção à família.

Docente do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e médica de Família e Comunidade, Beatriz Zampar fala ao Safety sobre a atuação profissional e os novos dilemas da pandemia.

Confira mais a seguir:

Projeto Safety (P. S.): Hoje há um número menor de óbitos, em comparação com o auge da pandemia, porém o número de casos ainda é alto. Como isso impacta a atuação dos profissionais de Saúde Básica e de Atenção à Família?

Beatriz Zampar (B. Z.): Impacta diretamente na organização do trabalho em saúde, nas orientações aos usuários e na forma como nossa rotina de cuidado está estruturada. Apesar de o número de

---

<sup>6</sup> Docente do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e médica de Família e Comunidade

casos e óbitos ser menor do que no auge da pandemia, pessoas continuam adoecendo e morrendo, o que significa que elas e suas famílias ainda precisam de apoio e cuidado – e é papel da Atenção Básica promover isso.

P. S.: Quais foram alguns desafios que essa área da saúde enfrentou e que aprendizados ficam para o futuro?

B. Z.: As equipes de Estratégia em Saúde da Família (ESF) sentiram muito medo, muita incerteza, assim como toda a população, afinal, somos todos humanos. Estando na linha de frente, esse medo e incerteza, muitas vezes, precisaram ficar em segundo plano e partimos para encarar nosso dever: cuidar das pessoas. Fez-se necessário reorganizar todo o fluxo da Atenção Básica, para garantir o cuidado a todos os usuários, sem os expô-lo ao risco do vírus e, ao mesmo tempo, garantir os cuidados a suas outras necessidades em saúde. Para o futuro, fica o aprendizado de que juntos somos melhores e somos capazes de nos reorganizar para continuar fazendo aquilo que sabemos fazer de melhor: cuidar de todas as pessoas.

P. S.: O cenário atual exige que tipo de atenção especial dos profissionais de atendimento à família?

B. Z.: Temos dado uma atenção especial à saúde mental, que ficou muito abalada por este período pandêmico, em todos os ciclos de vida. Crianças, adolescentes, adultos e idosos sofrendo de ansiedade, tristeza, solidão e medo. Além disso, o cuidado às doenças crônicas, que acabaram ficando com um acompanhamento menos intensivo nos últimos dois anos,

exige da equipe e dos usuários, maior atenção e dedicação para controle, reabilitação e prevenção de agudizações. Neste contexto de reabilitação, entram também as consequências da covid-19: síndromes pós-covid e sintomas prolongados que tem sido muito prevalentes em nossa prática.

P. S.: Você acredita que bons hábitos como, por exemplo, o uso de máscaras, devam ser incorporados à vida em sociedade?

B. Z: Um ponto interessante a ser analisado são as doenças agudas em crianças. Temos observado os prontos atendimentos infantis lotados, com crianças apresentando infecções de vias aéreas recorrentes, uma após a outra. Vamos pensar: foram dois anos em casa, com toda a população usando máscaras. De repente, voltam todas as aulas, cai a obrigatoriedade de máscaras, relaxamento de medidas, qual o resultado? Disseminação rápida de vírus (não somente o corona vírus), mutações etc. Poderíamos ter progredido com mais cautela, mais segurança e mais responsabilidade. Pulando para o outro extremo da faixa etária: os idosos. Quantos e quantas morrem por pneumonias e outras infecções de vias aéreas. Não é à toa que temos anualmente a vacinação contra influenza e também a vacina contra o pneumococo. Um cuidado e uma cultura populacional em relação a sintomas respiratórios poderiam auxiliar inclusive nesta epidemiologia.

E que fique de ensinamento para todas e todos nós: sintomas respiratórios pedem uso de máscara, ainda que não saibamos a etiologia viral.

P.S.: Os profissionais da Atenção Básica devem ter um cuidado especial prevendo o relaxamento por parte da população?

B. Z.: Na Atenção Básica estamos sempre fazendo: proteção, promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, vigilância em saúde. Portanto, prever complicações e agir diante das possibilidades faz parte do nosso trabalho. Educação em saúde, Educação Popular, levar informação às comunidades, se preparar para novos surtos, manter-se vigilante diante desta e de outras endemias ou epidemias, é ação essencial em nossa prática diária. Estamos encarando uma nova onda de dengue que cresce a cada dia, ou seja, para além do novo coronavírus, essas ações em saúde da Atenção Básica com a comunidade devem estar mais fortalecidas do que nunca.

P. S.: Que aprendizados ficam da pandemia? Acredita que eles devam influenciar as próximas campanhas vinculadas à área?

B. Z.: O aprendizado de que somos capazes de nos reinventar e, em equipe, atravessar os caminhos difíceis. O valor da informação confiável, da evidência científica, da universidade pública, do Sistema Único de Saúde e da democracia. A certeza de que, quando estamos falando de saúde coletiva, medidas individuais não são a solução: é preciso mobilização, pensamentos e ações coletivas.

Assim como na entrevista da professora Beatriz Zampar, a necessidade de ações coletivas e articuladas já era apontada. Na edição seguinte do boletim, o também professor Bruno Santos reforçou o tema, mas sob outro aspecto. Enquanto Beatriz abordou as ações articuladas sob a perspectiva da saúde, Santos, que também é juiz federal, tratou da coletividade nas decisões individuais, destacando o desafio de conciliar interesses financeiros e outros com a preservação da vida, constantemente ameaçada pela pandemia.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-13-22>

## **PANDEMIA EXIGIU ATUAÇÃO CONJUNTA DE DIFERENTES ATORES DA SOCIEDADE**

**Para o coordenador do Comitê Executivo de Saúde de Londrina, Bruno Henrique Silva Santos, a necessidade de conciliar medidas administrativas e sanitárias aproximou os poderes públicos da sociedade civil.**

Vinícius Fonseca

Durante a Pandemia de covid-19, várias medidas sanitárias ganharam o centro das discussões diárias em todo o mundo e em Londrina não foi diferente.

Com decisões importantes a serem tomadas e que impactariam não só no dia a dia das pessoas, mas também no enfrentamento de uma crise de saúde, o Poder Judiciário precisou se mostrar atuante.

Na avaliação do juiz federal e coordenador do Comitê Executivo de Saúde de Londrina, Bruno Henrique Silva Santos, foi necessário conciliar interesses que perpassavam por questões administrativas e sanitárias, além de interesses particulares, políticos e econômicos.

Esses desafios, segundo ele, serviram para aproximar os Poderes Judiciário e Executivo e outros segmentos da sociedade.

Confira mais detalhes na entrevista a seguir:

Projeto Safety (P. S.): Que avaliação pode ser feita sobre o comportamento de Londrina durante a pandemia?

Bruno Henrique Silva (B. H. S.): Assim como ocorreu nas demais regiões do país, a cidade de Londrina precisou conciliar medidas

administrativas e sanitárias destinadas aos cuidados da saúde pública com interesses particulares de seus cidadãos. Muitas vezes esses interesses particulares conflitaram com o interesse público na contenção da pandemia. Naturalmente, discussões políticas e econômicas acerca dos limites para a compatibilização dos interesses vieram à tona, mas via de regra dentro do espaço democrático e civilizado em que devem ser feitas. O apreço de muitas instituições públicas e particulares, bem como de parcela importante da população, pela ciência e pelas noções de bem público e de solidariedade humana foi de suma importância para conter condutas pautadas por outros critérios que, caso prevalecessem, levariam a um cenário epidemiológico bem pior do que o vivenciado.

P. S.: De um modo geral, a própria justiça se viu envolvida em polêmicas relacionadas a questões como *lockdown* e obrigatoriedade da vacina. Como você acredita que isso se refletiu no cenário local?

B. H. S.: O Poder Judiciário se viu em meio não apenas a discussões jurídicas, mas também científicas, políticas e ideológicas, que muitas vezes foram levadas às portas da justiça sob uma roupagem jurídica. Por ser a independência um atributo inerente e necessário ao Poder Judiciário, parece-me que ele soube delimitar de forma satisfatória os limites de sua própria atuação, afastando de sua apreciação os debates exclusivamente políticos e ideológicos e se distanciando das pressões de todos os lados recebidas. Coube ao Judiciário preponderantemente delimitar os limites das atribuições exclusivas dos gestores públicos, ou seja, as análises de caráter técnico, científico, epidemiológico e mesmo político na harmonização dos interesses em jogo, tanto para respeitá-

las quando legitimamente exercidas, como para fazer com que se mantivessem dentro dos limites impostos pela Constituição, quando extrapolados. A pandemia serviu como um momento de aperfeiçoamento nas relações entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo, sobretudo na definição dos limites de atuação de cada um e na necessidade de mútuo respeito às respectivas atribuições.

O resultado de tudo isso, na prática, foi uma melhor compreensão, por parte dos juízes, de que não lhes cabe, via de regra, adentrar na análise de questões técnicas ou políticas que não lhes são afetas. De outro lado, o Poder Judiciário teve uma importante atuação sobretudo na demonstração aos gestores de que a atuação deles na pandemia, para ser legítima, deve se pautar necessariamente pela ciência e pelo atendimento ao interesse público, seja para impor, suprimir ou relativizar medidas sanitárias, econômicas ou restritivas em geral.

P. S.: Quais as ações adotadas pelo comitê de saúde durante a pandemia e como elas beneficiaram direta ou indiretamente o londrinense?

B. H. S.: Durante a pandemia, o Comitê Executivo de Saúde de Londrina manteve o seu propósito de aproximar todos os atores direta ou indiretamente envolvidos na judicialização da saúde; membros do Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), gestores públicos, classes representativas dos profissionais da saúde, prestadores de serviço de saúde, conselhos de saúde, só que desta vez para tratar de questões afetas à covid-19 e suas repercussões em possíveis ações judiciais. Neste sentido, foram adotadas medidas importantes como o estabelecimento de meios de contatos

rápidos entre magistrados, gestores e reguladores para a obtenção de informações precisas para a solução de demandas por leitos hospitalares; reuniões com a presença de reguladores para demonstração dos critérios adotados para o controle das filas por leitos; apresentações de técnicos e cientistas sobre o cenário epidemiológico, dentre outras.

Com base em todas as discussões realizadas durante as reuniões, o Comitê também publicou uma “Carta Aberta” às instituições públicas e privadas, aos profissionais da saúde e à sociedade em geral, sugerindo medidas a serem adotadas especificamente pelos gestores públicos, pelos profissionais da saúde, pelos órgãos de fiscalização e controle, pelos conselhos profissionais, pelos órgãos de atuação judicial e pela população em geral para o combate à pandemia.

Essas constantes interação e aproximação entre os representantes das mais diversas instituições envolvidas na judicialização da saúde ou por ela afetadas durante a pandemia trouxeram consideráveis benefícios à população londrinense por permitir uma maior qualificação nas tomadas de decisões administrativas e judiciais. Além disso, abriram caminho para a atuação mais harmônica possível entre os poderes públicos e também entre estes e a sociedade civil no trato das questões da pandemia, especialmente quando envolvidos possíveis questionamentos judiciais.

P. S.: Que lições ficam para as possíveis próximas situações de pandemia?

B. H. S: A principal lição que fica é a de que o constante diálogo entre os poderes públicos e deles com a sociedade civil é de suma importância para preservar a esperada harmonia na atuação

de todos. O respeito às atribuições de cada um pressupõe o conhecimento do trabalho que cada qual desenvolve, suas capacitações, suas dificuldades e seus desafios.

Outra lição importante e que precisa ser lembrada no futuro é a de que quanto maior o direcionamento das ações para o atendimento efetivo do interesse público e mediante critérios objetivos e pautados pela ciência, maior será o respeito de uma instituição pela outra e a desejada harmonia entre elas.

Por fim, a pandemia serviu como um grande aprendizado sobre a necessidade de se afastar argumentos exclusivamente ideológicos, negacionistas ou posturas individualistas no trato da saúde pública, seja pelos gestores públicos, pelos profissionais da saúde ou pelos representantes de instituições jurídicas. O respeito ao interesse público, à Constituição Federal – que assegura não apenas a liberdade individual, mas também a vida, a saúde, o respeito ao próximo, a solidariedade e a fraternidade –, bem como à ciência, é a única esperança de sucesso no combate às pandemias, seja a da covid-19 ou outras que venham a surgir no futuro. É essencial saber viver em sociedade, com respeito aos direitos, deveres e responsabilidades de cada cidadão e de cada poder do Estado.

O Projeto Safety, como um todo, é “filho” da UEL e se orgulha de ter nascido e se manter ativo por meio do trabalho de pessoas com forte ligação com a universidade londrinense. Por isso, sempre deu espaço para profissionais egressos ou que tinham alguma ligação com a instituição.

Para além disso, também demonstrou grande preocupação com a forma como a universidade enfrentava – e, ao mesmo tempo, era afetada – pelo período pandêmico que atravessávamos e ainda atravessamos.

Foram muitas coisas que ocorreram com a UEL durante os dois anos que compreendem o conteúdo deste livro.

Foi preciso aprender e se adaptar à nova realidade, que exigia a realização de aulas virtuais. Foi fundamental, também, aflorar ainda mais seu espírito de formadora de pesquisadores, entre outros desafios.

No meio de tudo isso ainda tivemos uma troca de reitoria na instituição. Entre o final do mês de junho de 2022 e a primeira quinzena de julho do mesmo ano, o Boletim fez uma entrevista com o então ex-reitor, Sérgio Carlos de Carvalho, que havia deixado o cargo recentemente.

Na entrevista, ele pode fazer um balanço de sua passagem pelo cargo de destaque na instituição e também falou sobre o papel crucial que a UEL, seus profissionais e alunos tiveram no âmbito da pesquisa e do enfrentamento à covid.

Era mais uma das entrevistas do boletim que acabavam sendo divididas em duas partes e tentava levar à população detalhes sobre o papel da universidade na área da pesquisa e no apoio à comunidade, não só a comunidade universitária, mas também às pessoas de Londrina e região.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-14-22>

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-15-22>

## **UEL FOI UM DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE COMBATE À COVID-19 NO PARANÁ**

Vinícius Fonseca

Ex-reitor, Sérgio Carlos de Carvalho foi o entrevistado do Projeto Safety e falou dos desafios e aprendizados da sua gestão, além do papel da UEL no combate à pandemia.

Nos últimos quatro anos as universidades públicas enfrentaram uma série de desafios que vão desde se ajustar à Proposta de Emenda Constitucional (PEC)n.º 55/2016, que ficou conhecida como a PEC do “Teto de Gastos” e uma pandemia.

Pouco tempo depois de deixar a reitoria da Universidade Estadual de Londrina (UEL), o professor Sérgio Carlos de Carvalho, falou dos desafios que enfrentou em sua gestão (2018-2022) e da necessidade das universidades se organizarem em busca de uma maior representatividade política que lhes permita cumprir com o seu papel como vetor de transformação social, econômica e cultural da nossa sociedade.

Confira esses e mais detalhes na entrevista dividida nas duas próximas edições do boletim:

Projeto Safety (P. S.): Que balanço você faz dos anos como reitor da UEL?

Sérgio Carvalho (S. C.): Há algumas dimensões que precisam ser analisadas. A primeira é que sou egresso do sistema de ensino superior do Estado do Paraná e participei da primeira eleição para reitor da minha universidade, em 1986. Desde então, ingressei como alguém que acredita nesse sistema de autogestão institucional – com todos os problemas que isso evidentemente traz, com todas as restrições e com todos os embates políticos que precisamos enfrentar para sua manutenção.

A outra dimensão é que assumi a reitoria em um momento no qual, dois anos antes, havíamos retirado da Presidência da República uma presidente legitimamente eleita, por meio da mobilização de parte da sociedade, na esteira de um escândalo de corrupção e de uma forte articulação parlamentar, que se aproveitou do desgaste perante a opinião pública e da corrosão da base de apoio no Congresso para derrubá-la. Com isso, foi alçado à presidência da República um projeto que atingiu os gastos públicos de maneira indiscriminada, impactando fortemente o

ensino superior e os investimentos que um país deve fazer em pesquisa científica.

Assumi a reitoria sob a égide da PEC do Teto dos Gastos, que teve consequências brutais sobre a forma de ser e de se financiar a instituição. Além disso, enfrentei uma intensificação da atuação dos órgãos de controle sobre todos os órgãos públicos, especialmente sobre as universidades. Tivemos, inclusive, reitores sendo presos de forma espetacular e outros casos graves. Foi, portanto, um período de intenso conflito com a universidade pública. Assumir a reitoria nesse contexto implicava uma leitura cuidadosa da estrutura política pela qual estávamos passando, assim como uma compreensão clara dos enfrentamentos que as universidades deveriam assumir.

A PEC do Teto dos Gastos – que, inclusive, teve apoio de parte da nossa comunidade interna – resultou na impossibilidade de reposição de pessoal e docentes, em um custeio precário e em uma série de embaraços adicionais. O investimento tornou-se escasso. Todas as universidades públicas do Brasil sofreram com isso, particularmente as do Paraná, com as quais temos mais familiaridade.

P. S.: Professor, o fato de ter enfrentado a pandemia nesse período foi desafiador. Que aprendizado tira disso tudo?

S. C.: A ação da PEC dos gastos e dos órgãos de controle, de certa forma, ficou em segundo plano porque em meio a isso enfrentamos a pandemia. De fato, foi um período desafiador. Mas algo que conseguimos fazer – e fomos bem-sucedidos nesse processo, com o apoio de órgãos da própria instituição e de boa parte da comunidade universitária – foi tornar o combate

à pandemia uma bandeira para a existência da universidade. Isso gerou uma mobilização muito forte da nossa comunidade. Inicialmente espontânea, essa mobilização foi depois organizada e catalisada, de modo que a universidade se tornou um dos principais instrumentos de combate à covid-19 no Paraná.

A UEL foi um dos principais instrumentos na nossa região e a universidade pública foi um dos principais instrumentos de combate a covid no Brasil. Se há algo que podemos tirar da pandemia é que nossa comunidade possui uma capacidade de mobilização que, embora adormecida em tempos normais, desperta quando é chamada e instigada. Nesses momentos, o compromisso com a ciência, com o setor público e com o ensino público e de qualidade ressurge e se fortalece – e, com isso, conseguimos dar as respostas necessárias.

O aprendizado é que a universidade não pode ficar catatônica diante dos desafios. É preciso que ela exista, resista e apareça!

P. S.: Como isso deve afetar os planejamentos das novas reitorias e da própria universidade?

S. C.: Acredito que as próximas reitorias – assim como, creio eu, as anteriores e a nossa também – não podem ser absorvidas pelo burocratismo do cotidiano. Temos que erguer a cabeça e olhar qual é a missão, o futuro e o foco estratégico da universidade.

E não dá para falar da UEL sem falar da universidade pública brasileira, pois somos parte desse corpo, temos que ter um projeto de poder. Não de ganhar cargos como a presidência da República ou o governo do estado, nada disso, mas de representação política das universidades. Isso é muito difícil de ser feito porque vivemos

em uma comunidade muito crítica, então é muito difícil construir alianças internas e externar a longo prazo.

Temos dificuldade em fazer isso – talvez pela própria natureza crítica da universidade –, mas é algo que precisa ser feito. A universidade precisa ser poder, não apenas ocupar cargos de gestão. Ela precisa se fazer poderosa, para que possamos, de fato, ser um vetor de desenvolvimento econômico, social, político e cultural da sociedade. Sem isso, ficaremos presos a disputas internas, sem alcançar consensos entre nós. E, embora o consenso não seja algo idealizado, um mínimo de convergência é necessário para que as linhas mestras do que precisamos estejam claras. Precisamos buscar aquilo que nos une.

## **DESAFIADORA, PANDEMIA FEZ UEL MOSTRAR SUA FORÇA**

Vinícius Fonseca

Para ex-reitor da Universidade Estadual de Londrina, Sérgio Carvalho, a instituição sai fortalecida da pandemia em diferentes frentes, mas é preciso manter conquistas a longo prazo.

Na edição de hoje, o Entrevista Safety traz a segunda parte do bate-papo com o ex-reitor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Sérgio Carvalho.

Nela, ele voltou a reforçar a necessidade da Proposta de Emenda Constitucional (P.E.C.), 55/2016, do “teto dos gastos” ser revista e também a importância de as universidades ganharem representatividade política. O professor acredita que esse conjunto de ações, somado ao apoio às pesquisas científicas, são o caminho para garantir o futuro do país e construir uma nação melhor.

Na entrevista, ele fala ainda sobre o papel da UEL no enfrentamento acovid nas mais diversas frentes e sobretudo a visibilidade que ganhou o Hospital Universitário (H.U.), referência no atendimento dos pacientes para Londrina e região.

Projeto Safety (P.S.): A UEL acabou atuando direta e indiretamente em diferentes frentes. Que avaliação você faz dos projetos e das pesquisas desenvolvidas durante a pandemia?

Sérgio Carvalho (S. C.): A UEL atuou fortemente nas diferentes frentes de combate a covid-19. Os projetos de pesquisa foram fundamentais e foram feitos com o coração aberto por parte da nossa comunidade. Eles abraçaram o combate a covid-19.

Estou há mais de 30 anos no sistema de ensino superior, raros foram os momentos em que vi a comunidade universitária combatendo algum mal. Nós conseguimos, avançamos e deixamos uma marca que pode ser cobrada da sociedade.

Quem está na academia vive para analisar, criticar e dar sugestões sobre os mais variados temas e pesquisas – e a universidade também precisa ser analisada, observada e criticada em seus múltiplos aspectos. Isso é ainda mais importante porque temos um plano de governança. Temos autonomia universitária e somos responsáveis pela gestão de um orçamento de 1 bilhão de reais. No entanto, a universidade não nos pertence, não pertence ao governador nem ao presidente da República, mas sim ao conjunto do povo. Esse “dono diluído” da universidade precisa saber o que ela faz, pois é ele quem deve defendê-la. Nesse momento, precisamos apresentar tudo o que fizemos ao longo da covid. Se há algo que esse período nos ensinou, é que, se quisermos ter um projeto de nação, esse projeto precisa

de pesquisadores, cientistas, técnicos, médicos, enfermeiros, farmacêuticos, filósofos, sociólogos e uma gama de profissionais com uma formação que os torne capazes de enxergar o que é melhor para o país. Precisamos de instituições de pesquisa e de formação superior robustas, para que não fiquemos dependentes da produção de conhecimento de outros países em futuras pandemias. A pergunta que fica é: daqui a dez anos, queremos continuar dependentes do conhecimento externo, como ficamos durante a pandemia atual?

P. S.: O Hospital Universitário talvez seja a referência para a comunidade quando pensamos na importância da Universidade durante a pandemia. O H.U., assim como toda a Instituição, sai mais forte da pandemia?

S. C.: Sem dúvida o H.U. o espaço da Universidade mais visto, lembrado e falado durante a pandemia, mas não é o único. Há setores da saúde, pesquisa e da extensão que atuaram fortemente durante a pandemia.

Era ali, no H.U. que chegavam as pessoas, era ali que chegava a morte e era ali que precisávamos agir rápido para que quem chegasse fosse salvo, isso o tornou a face mais visível da universidade.

O H.U. e a UEL saem da pandemia fortalecidos, mas precisamos garantir que esse fortalecimento se sustente no longo prazo. O processo político pode nos levar ao desgaste, fazendo com que toda essa contribuição caia no esquecimento e nos torne, mais uma vez, alvos de ataques imerecidos por parte de alguns setores que têm dificuldade em compreender a importância da universidade para o país.

P. S.: Você acredita em um futuro promissor para as pesquisas no país? Como vê a UEL do futuro?

S. C.: Eu acredito em um futuro promissor, desde que nós, das universidades e da sociedade científica, consigamos fazer com que a ciência seja politicamente representada e reconhecida como algo fundamental. Caso contrário, viveremos o ocaso do momento fulgurante que experimentamos durante a Pandemia de covid-19 – o que será prejudicial à população, ao País e à urgente necessidade de construção de uma nação sólida. Quando falo sobre a importância de as universidades se fazerem representar, não me refiro apenas à UEL, mas a um conjunto de instituições que, juntas, precisam se posicionar para garantir esse futuro promissor. Se a PEC do Teto de Gastos não for revista ou, ao menos, se a pesquisa científica não for tratada como uma exceção, não acredito que conseguiremos avançar. Erguemos uma bandeira durante a pandemia, mas ela precisa continuar sendo agitada. A universidade deve alcançar capilaridade nos mais diversos espaços e conquistar hegemonia dentro da cultura que temos no País.

Embora algumas temáticas pudessem parecer repetitivas, o quadro de entrevistas sempre se preocupou em retratar a pandemia como ela é e como nos afetou e afeta ainda hoje. Novamente a coletividade e a relevância de um esforço multidisciplinar ganharam destaque nas páginas do Boletim na edição que foi ao ar em 25 de julho de 2022, na entrevista com a então diretora-executiva do Cismepar, Silvia Karla Azevedo Vieira Andrade.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-16-22>

## **COOPERAÇÃO FEZ DIFERENÇA NA PANDEMIA**

**Diretora executiva do Cismepar, Silvia Karla Azevedo Vieira Andrade, a união entre municípios garantiu melhores resultados no combate à covid-19.**

Vinícius Fonseca

A organização coletiva promovida pela organização de municípios de grande, médio e, sobretudo, de pequeno porte em consórcios, possibilitou um maior poder de negociação, uma melhor estrutura e uma capacidade de profissionalização que fizeram a diferença no enfrentamento da pandemia.

Essa avaliação e muitos outros apontamentos foram feitos pela doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e diretora-executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema (Cismepar), Silvia Karla Azevedo Vieira Andrade, confira:

Projeto Safety (P.S.): Qual a importância de municípios menores estarem organizados em um consórcio para enfrentar uma pandemia como a que estamos enfrentando?

Silvia Karla Azevedo Vieira Andrade (S. K. A. V. A.): Os municípios de pequeno, médio e grande porte têm inúmeras vantagens ao se organizarem em um arranjo coletivo consorciado. Diversos estudos apontam que a atuação por meio do consórcio público amplia a escala de ofertas, possibilita a economicidade das despesas públicas, fortalece o federalismo cooperativo e fomenta a construção da identidade territorial, da equidade

e da solidariedade entre os entes federativos, quer seja entre municípios, estados ou junto à União. Para os municípios menores, esse benefício é ainda mais evidente, considerando que as necessidades na estruturação e na oferta de serviços públicos, aquisição de insumos e organização dos processos de trabalho de cada municipalidade é somada à de seus pares e formam uma grande e robusta demanda, passível de ser atendida por um menor custo em comparação com a atuação individual. Na pandemia foi fundamental em todo o território nacional e mostrou ao país que esses benefícios da cooperação entre os entes resultam em ampliação de escala e otimização de despesas, além do aumento da profissionalização na tomada de decisões e adequação à legislação no tocante à administração pública.

P.S.: O consórcio já existia antes da pandemia; de alguma forma isso foi um facilitador na organização de políticas de enfrentamento à pandemia?

S. K. A. V. A.: Sim, sem dúvida, facilitou. Na saúde, os primeiros consórcios foram estruturados antes da Constituição de 1988, no intuito de congregarem esforços dos entes federativos, sendo que após a Lei Federal de Consórcios Públicos de 1995, esses arranjos federativos aprimoraram sua atuação, fortalecendo o processo de regionalização. Com a pandemia, consolidou-se o entendimento de que a atuação conjunta facilitou a organização da tomada de decisões em diversas regiões do país. A atuação dos entes por meio dos consórcios públicos de saúde, no entanto, foi diversa. Em alguns estados, os consórcios foram instrumentos de aquisição de insumos, materiais, medicamentos e até mesmo equipamentos, como respiradores e outros equipamentos para

possibilitar a resposta e o enfrentamento das regiões de saúde à pandemia. Em outras regiões, como na Região de Saúde do Médio Paranapanema, o consórcio atuou na articulação política dos agentes públicos para a tomada de decisões conjuntas, como, por exemplo, na elaboração de uma minuta comum de decreto municipal com medidas restritivas a serem adotadas por cada municipalidade, de forma complementar às decisões ampliadas do estado. Isso demonstrou que é possível, a partir do consórcio, respeitar a autonomia dos entes e, ao mesmo tempo, construir uma identidade coletiva, fundamentada na entreajuda, na cooperação horizontal e no apoio entre agentes públicos de diferentes setores, com base nas especificidades locais, na realidade situacional e no cenário epidemiológico. Em um momento de grande adversidade para os territórios locais, essa articulação contribuiu para o fortalecimento da regionalização.

P. S.: Que lições ficam para os futuros cenários pandêmicos que possivelmente venhamos a enfrentar?

S. K. A. V. A.: Importantes lições ficam para o futuro da construção do planejamento em saúde, frente às adversidades que possivelmente virão. A primeira delas é a importância de estabelecer mecanismos de cooperação e de coordenação das políticas públicas. E, nesse sentido, os consórcios públicos mostraram que os entes consorciados, sejam eles, pares da municipalidade ou estados federados, como foi o caso do consórcio do Nordeste, encontram inúmeros benefícios em exercer sua autonomia federativa, articulação técnica e política, composição de identidades coletivas, por meio da ação consorciada. As mais importantes lições vêm do cenário inverso, que, infelizmente,

prevaleceu na tomada de decisões no âmbito nacional, nos primeiros dois anos de enfrentamento à pandemia da covid-19: a independência e o autoritarismo na tomada de decisões, a falta de comunicação e a aversão à cooperação, são grandes oponentes à democracia e isso pode incorrer em danos que podem ser irreversíveis ou muito difíceis de serem modificados, na situação de saúde da população, como foi o caso das mortes evitáveis, do agravamento de outras condições crônicas e da fragilização na Atenção Básica nesse período no Brasil. Os consórcios públicos vêm encorpar o coro pelo coletivo, pela solidariedade e pelo respeito mútuo entre os entes federativos.

P. S.: Como foi enfrentar o grave cenário pandêmico do ponto de vista estrutural? Quais os desafios e o que está sendo planejado para o futuro?

S. K. A. V. A.: Esse enfrentamento diante do cenário inteiramente adverso da pandemia trouxe inúmeras incertezas, mas, sobretudo, grandes aprendizados. Compreendemos que é preciso retomar os espaços de diálogo e a problematização sobre a realidade, apesar das dificuldades de aceitação às fragilidades e retrocessos que vivemos no SUS, nos territórios regionais. O aprendizado sobre a intersetorialidade, a escuta às necessidades do outro, a entreatada entre os municípios e o estado e, em especial, o envolvimento de outras áreas – como os agentes da educação de todos os níveis, magistrados, promotores públicos, prefeitos municipais, conselhos de saúde, dirigentes de serviços de saúde, diversas categorias profissionais, agentes da epidemiologia, entre outros atores importantes – que se colocaram e compartilharam os mais diferentes saberes em prol de um único e coletivo objetivo,

foi a maior lição aprendida. Essa experiência nos prepara para os desafios que já enfrentamos no passado, que seguimos enfrentando no presente e para todos os que virão em um futuro próximo.

P. S.: Há um relaxamento natural por parte da população em boa parte das cidades. Como isso afeta o trabalho de vocês?

S. K. A. V. A.: Sim, o relaxamento às medidas de segurança no enfrentamento à pandemia é muito natural, tendo em vista o cansaço dos agentes públicos e da própria população com o processo de mudança cultural que ocorreu devido à covid-19, tendo em vista que o autocuidado tem sido um grande desafio para o avanço do SUS e dos sistemas de saúde no globo, em geral. O Cismepar é um consórcio público de saúde horizontal, de 21 municípios consorciados de diferentes portes e realidades, contemplando uma população de mais de 980 mil pessoas. E tanto no âmbito do enfrentamento à pandemia, quanto na estruturação de prioridades para o planejamento pós-pandemia, a diversidade cultural é um grande desafio para a construção da identidade a partir do consórcio. Esses desafios têm início na articulação entre os gestores municipais, passando pelas diferentes estratégias de organização das prioridades locais e pelas formas de estruturação da Atenção Básica em saúde. Eles impactam diretamente o trabalho de congregação de esforços por meio do consórcio e a definição das políticas públicas via programas de interesse comum entre os municípios – o que evidencia o importante papel dos consórcios públicos, ainda que persista a necessidade de compatibilizar esses programas com as prioridades estabelecidas pelas esferas estadual e federal da gestão em saúde.

Não bastava ao Boletim só informar, era preciso encarar o jornalismo praticado por nós também como ciência, afinal também frequentamos os bancos escolares para chegarmos ao título de jornalistas.

Além disso, a pandemia trouxe à tona o hábito de desinformar por meio da distribuição de notícias falsas via redes sociais e outros meios de comunicação.

O Safety sempre se preocupou e alertou sobre esse fenômeno tão nocivo à sociedade, especialmente quando se trata de jornalismo voltado à saúde.

Em agosto de 2022 optamos por ouvir a jornalista especializada no tema de enfrentamento às notícias *fake*, Ana Paula Nascimento.

O resultado da entrevista com a mestre em Ciência da Informação pela UEL, que dedicou seu trabalho a entender melhor a origem das *fake news*, foi um conteúdo rico em dicas para evitar cair nessa armadilha dos tempos modernos. A entrevista foi ao ar na edição 17 daquele ano, publicada em agosto.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-17-22>

## **CONTROLAR O IMPULSO AJUDA NO COMBATE ÀS FAKE NEWS**

**Para a jornalista Ana Paula Nascimento, pessoas  
precisam checar melhor a informação antes de  
compartilhá-las.**

Vinícius Fonseca

Notícias atraentes, muitas vezes com pontos de vista que representam muito a forma de enxergar o mundo do leitor, mas que não corresponde à verdade. Essa pode ser uma das maneiras de tentar descrever o que é uma *fake news*.

Durante a pandemia, esse tipo de desinformação ganhou,

muitas vezes por interesses políticos e ideológicos, forças nas redes sociais.

Jornalista, mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Ana Paula Nascimento<sup>7</sup>, que tem pesquisa realizada na área da desinformação e *fake news*, falou sobre o tema com o Safety, veja mais a seguir:

Projeto Safety (P. S.): Como nasce uma notícia *fake*?

Ana Paula Nascimento (A. P. N.): Essa resposta é bem complexa, porque não temos muito controle sobre isso. Mas o que se pode afirmar é que, quando há um interesse político ou ideológico, as pessoas se organizam – e existem até agências de comunicação contratadas para esse fim, como a produção de *fake news* – com a intenção de desestabilizar ou desacreditar o oponente, principalmente no campo político.

Muitas vezes, elas surgem de forma não tão intencional. Às vezes, um comentário ou algo em que você acredita e publica nas redes sociais viraliza, e o recurso da tecnologia tem uma capilaridade muito grande. Não temos controle sobre até onde isso pode chegar, e tudo acontece de forma muito rápida.

Podemos dizer que as *fake news* nascem, então, de forma intencional ou não – seja por meio de equipes organizadas que postam com frequência, ou a partir de algo simples, como uma pessoa que ouviu algo em algum lugar e compartilha em um grupo de família e amigos, fazendo com que isso viralize.

P. S.: Estamos há mais de dois anos enfrentando uma pandemia. Nem esse momento que envolve a saúde coletiva conseguiu escapar das *fake news*. É possível atribuir quais motivos para isso ocorrer?

---

<sup>7</sup> Jornalista, mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)

A. P. N.: As *fake news* são um fenômeno comunicacional porque o processo de desinformação sempre existiu, só que antes não tínhamos formas tão rápidas de se propagar isso.

A pandemia foi uma novidade para todos nós, mas o processo de construção de notícias falsas já vinha acontecendo. A pandemia apenas intensificou isso, porque as pessoas tendem a opinar, muitas vezes, sem saber do que estão falando – e esse contexto foi um prato cheio. Foram muitas novidades e situações com as quais não sabíamos lidar. Antes, a tendência era pesquisar para depois opinar; hoje, primeiro se opina para depois se informar – e isso, às vezes, custa caro.

E quando uma divulgação de notícia falsa acontece, o correto seria a pessoa se retratar, mas nem sempre ela consegue atingir as mesmas pessoas que viram ou ouviram aquela notícia falsa.

P. S.: Que impactos você avalia que as *fake news* têm sobre momentos como esses?

A.P.N: As notícias falsas têm impactos muito sérios, pois podem comprometer a saúde coletiva e até mesmo colocar em risco a sobrevivência das pessoas. É um processo que envolve tanto a vida privada quanto a pública em todas as classes sociais e diferentes níveis de estudo.

Envolve crenças, valores que cada um carrega. Há uma tendência natural ao viés de confirmação, que é acreditar naquilo em que já se acreditava previamente. Então todos nós temos que fazer o exercício de desconfiar até de nós mesmos para evitar a desinformação.

P. S.: Como jornalista, qual o papel do jornalismo em saúde em momentos assim? É possível traçar um parecer?

A. P. N.: O papel do jornalista ético é fundamental. Nesse contexto de pandemia vimos alguns médicos e alguns jornalistas propagando desinformação.

O jornalista consciente, que vai fazer uma matéria na área da saúde, deve se informar, procurar pessoas que sejam referência na área e buscar fazer um trabalho aprofundado para que quando chegue à população, esteja bem apurado e contribua para mudar uma ideia que esteja errada. Além disso, é fundamental que utilize uma linguagem acessível, pois, hoje em dia, as pessoas têm pouca paciência para leituras longas ou complexas. É preciso pensar em como informar em poucas palavras e em pouco tempo ou, pelo menos, em como chamar a atenção do público para que ele se interesse em ler mais, escutar um áudio ou assistir a uma matéria. Isso também envolve o desafio da urgência do noticiário, já que uma boa apuração exige mais tempo.

P. S.: A pandemia continua e as notícias *fakes* também. Como combatê-las?

A. P. N.: As notícias *fakes* continuam e vão continuar porque há interesses políticos e ideológicos. Para combatê-las, há vários projetos de lei sendo desenvolvidos com o objetivo de punir as pessoas que produzem ou disseminam fake news, quando identificadas. Esse processo ainda está em andamento.

Outra forma de combate é que as pessoas se acostumem a checar as informações, conseguir controlar o impulso de compartilhar assim que vê ou ouve, porque, às vezes, a notícia é construída de forma muito atrativa.

No Brasil e no mundo, existem várias agências de checagem. Por outro lado, essas agências também enfrentam limitações,

pois, para cada notícia verificada, surgem 10, 20 ou até 100 novas fake news. É uma luta que tende a ser sempre inglória.

Outra coisa importante é saber qual foi a fonte que originou a notícia. É um grupo de cientistas? Um grupo de médicos? Pratique o exercício da dúvida e do pensar, porque isso é necessário cada vez mais.

P. S.: Este boletim faz parte de um projeto científico em saúde, qual a relevância da ciência no processo de enfrentamento às *fake news*?

A. P. N.: Super importante, porque hoje em dia vivemos a crise da credibilidade, parece que as pessoas acreditam mais em uma rede social do que em um boletim médico ou um estudo. É preciso enfrentar a crise de credibilidade pela qual a ciência e outros setores da sociedade estão passando, e o Boletim, ao trazer informação confiável, é uma forma de resgatar essa credibilidade.

Precisamos pensar em como isso chega na população e tentar se “infiltrar” para que isso chegue no maior número de pessoas possível, esse é o desafio.

Informar com base em dados científicos, combater a desinformação e gerar memória de um dos momentos mais marcantes – ou talvez o mais marcante – deste século: esses são os três pilares que movem o “Entrevistas Safety”.

Sentimento parecido levou as irmãs Ana e Helena Petta, a produzirem o documentário, *Quando falta o Ar*, (2021), que acabou sendo o grande vencedor do prêmio É tudo verdade, em 2022.

Helena concedeu uma entrevista ao nosso Projeto e falou sobre a produção e o papel de profissionais de diferentes áreas na missão de contar o que vivemos durante a pandemia.

## **QUANDO FALTA O AR**

### **DOCUMENTÁRIO MOSTRA A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA LINHA DE FRENTE NA LUTA PELA VIDA**

Uma das responsáveis pelo projeto, a infectologista Helena Petta afirma que o documentário servirá como memória de uma das maiores crises sanitárias da história.

Registrar a batalha enfrentada por profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) durante a Pandemia de covid-19 – e, com isso, gerar memória para o presente e também para as futuras gerações sobre um dos momentos mais marcantes da humanidade e uma das maiores crises sanitárias da história recente – foi o que impulsionou a infectologista Helena Petta a produzir o documentário Quando falta o ar (2021), realizado em parceria com sua irmã, a atriz e diretora Ana Petta.

Vencedor do prêmio É tudo verdade, o documentário fez, segundo Helena, a opção por mostrar a importância do SUS e dos profissionais da rede, em diferentes localidades do país e em situações adversas, no enfrentamento a Pandemia de covid-19. “Visitamos comunidades ribeirinhas no Pará, onde o Estado nem sempre consegue chegar, mas o SUS está lá”, exemplifica.

Confira mais detalhes na entrevista a seguir:

Projeto Safety (P. S.): Qual a importância de fazer um registro da Pandemia de covid-19 em um documentário?

Helena Petta (H. P.): A Pandemia de covid-19 foi uma das maiores crises sanitárias da história. É muito importante criar memória sobre o que aconteceu.

Então, quando começou a pandemia, inicialmente fui entrevistando meus colegas mais próximos que estavam na linha de frente, muito para entender o que estava acontecendo. Fui percebendo que esse material era muito rico e muito histórico.

A partir daí foi que a gente selecionou alguns lugares para ir filmar e faz o *Quando falta o ar*.

P. S.: O documentário acompanha profissionais que enfrentaram a pandemia. Como realizá-lo te transformou?

H. P.: O documentário me transformou muito, pois pude entender muito mais realidades que eu não conhecia, especialmente quando a gente foi filmar dentro de um complexo penitenciário em Salvador (BA), que é um lugar muito tenso, mas que também carrega muita humanidade.

Encontramos uma médica – uma pessoa maravilhosa e uma das personagens do documentário – que pratica um cuidado muito diferenciado.

O documentário me trouxe várias dimensões do que é o SUS e onde ele pode chegar.

Visitamos comunidades ribeirinhas no Pará, onde o Estado nem sempre consegue chegar, mas o SUS está lá.

P. S.: O documentário aborda de alguma forma a condução da pandemia pelos governantes brasileiros? Quais opções vocês fizeram de abordagem?

H. P.: Fizemos a opção de mostrar os profissionais, principalmente as mulheres, que estavam na linha de frente do SUS. Sabemos que tem um contexto político e a gente fala sobre ele. (Falamos) de um governo negacionista, um governo que fez tudo contra as medidas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), não incentivando o uso de máscara, incentivando o uso de medicações que não tinham comprovação científica.

Isso tudo é pano de fundo do nosso filme, mas a gente privilegiou olhar e dar voz e imagem para aqueles que estavam lutando em defesa da vida.

P. S.: Ao mesmo tempo que médicos(as) e enfermeiras(os) contribuíram com sua força de trabalho, você acredita que a produção do documentário deve ser encarada como a contribuição do cinema para um retrato da pandemia?

H. P.: O documentário tem uma força para dentro da saúde coletiva brasileira. Tem várias discussões que o documentário pode suscitar, de onde o SUS chega ou onde pode chegar e outras questões, mas pra gente também foi uma grande alegria; a gente venceu o prêmio do festival. É tudo verdade, porque o filme mostrou que tem força também no mundo do cinema.

Ele conseguiu dialogar com esse universo do documentário e que tem festivais no mundo inteiro.

P. S.: Qual o papel do documentário hoje e no futuro? O que ele conta para as futuras gerações?

H. P. : O documentário tem muito a dizer às novas gerações – e não só a elas, mas também a nós mesmos, porque muitos

de nós não conhecíamos a realidade do que estava acontecendo durante a pandemia.

Eu acho que a gente esquece muito rápido, nós ainda estamos em pandemia, não acabou, e mesmo assim as pessoas já esqueceram grande parte das coisas que aconteceram. Logo, o documentário é importante para lembrar; olha o que aconteceu no nosso país, olhar como tinham pessoas lutando pela vida e, ao mesmo tempo, a gente tinha um governo da morte.

Então o documentário fica para o futuro como uma forma de memória e também de resistência.

O quadro de entrevistas do Projeto sempre apostou em multidisciplinaridade. A ideia era levar informação ao leitor sob diversas óticas das mais variadas ciências. Ouvimos profissionais do Direito, do Jornalismo, da Administração e outras, mas sempre tivemos em mente que, por se tratar de uma doença, a covid-19 precisava ser olhada pelos mais diversos profissionais da saúde.

Se durante algum tempo demos enfoque ao que ocorria durante a pandemia, o final de 2022 nos mostrou que poderíamos cada vez mais explorar os efeitos da pandemia e mostrar ao leitor como podíamos lidar com eles, caso fossemos um dos afetados.

Na edição 20 do Boletim, publicada em 19 de setembro de 2022, a entrevistada foi a fonoaudióloga Milene Nobre, que falou sobre as sequelas da covid-19, como elas têm afetado os pacientes e levado os fonoaudiólogos a lidar desde a análise de exames até os tratamentos disponíveis para os sequelados.

Nessa edição, a entrevista foi conduzida pela coordenadora do Projeto, a professora Marselle Nobre de Carvalho.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-20-22>

## **PERDA DE OLFATO, PALADAR E AUDIÇÃO COMO SEQUELAS DA COVID-19**

Para a fonoaudióloga Milene Nobre, algumas queixas não têm correlação com achados de exames específicos, como era o esperado.

Desde o início da pandemia temos visto relatos da perda de olfato e paladar. Mais recentemente, também tem aparecido queixas de zumbido, ruídos e até perda parcial e total da audição.

No caso da audição, alguns casos parecem não ter relação com o que se conhece até o momento porque a queixa do paciente não tem correlação com os achados nos exames específicos.

Sobre isso, o Projeto Safety conversou com a Milene Nobre, fonoaudióloga, especialista em audiologia, que tem atendido pacientes com sequelas da covid-19.

Projeto Safety (P. S.): A covid-19 é uma doença inflamatória que acomete o sistema imunológico e ficou bastante conhecida pelas alterações no olfato e paladar. O que você pode falar sobre estas alterações?

Milene Nobre (M. N.): Pelos relatos dos pacientes, inclusive de colegas, muitos têm ainda ausência [de olfato e ou paladar] e apresentam melhora com terapias, como eletroestimulação. Tem tido bons resultados, com retorno do olfato e paladar. Relatam também que não voltou a ser como antes, com diferença principalmente no paladar.

P. S.: Neste momento da pandemia, com a queda no número de casos e mortes, novas preocupações surgem, entre as quais as

sequelas da covid-19. Você tem atendido pacientes com sequelas? Que sequelas são estas?

M. N.: Quanto a parte auditiva, as sequelas que a gente tem atendido no consultório são queixas de perda da audição unilateral, com sensação de ouvido tampado, acompanhado ou não de vertigem. Na grande maioria, apresentam alteração tanto na audiometria quanto no exame de vecto-nistagmografia, com hipofunção do aparelho vestibular do lado acometido. Há até mesmo pacientes que apresentam alterações centrais, possivelmente relacionadas a uma neurite vestibular, as quais precisam ser correlacionadas com os achados médicos.

P. S.: Qual (is) caso (s) de covid-19 você atendeu que mais te impressionou (ram)? E por quê?

M. N.: Entre os casos que tenho atendido, muitos pacientes apresentam uma aparente falta de sincronia entre os achados das avaliações audiométricas, eletrofisiológicas e otoneurológicas. É como se os exames não se correlacionassem, mesmo quando o paciente relata queixas e apresenta alterações isoladas. Por exemplo, há casos de pacientes com queixa de perda auditiva, mas, ao realizar a audiometria, a perda não é confirmada.

A covid-19 não fez só vítimas da doença, mas também de outras doenças, seja pela falta de um tratamento adequado, ou ausência de um diagnóstico mais preciso e rápido. Tudo isso se deu em muito devido às características do problema que enfrentávamos. A covid acabou por restringir o contato humano, o isolamento se fazia necessário, além do medo que assolava os pacientes.

Um dos grupos de pacientes que mais sentiu as dificuldades impostas pela pandemia foi o das pessoas com câncer. Atentos a esse cenário, nós do Projeto Safety fizemos uma entrevista com a enfermeira Priscila Colmiran, que à época, outubro de 2022, integrava da coordenação de Saúde da Mulher na Diretoria de Atenção Primária à Saúde na Secretaria Municipal de Saúde de Londrina.

Na matéria, tratamos especificamente o agravamento dos quadros de câncer de mama, também por se tratar do outubro rosa.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-21-22>

## **PROJETO SAFETY SEGUE MONITORANDO A PANDEMIA**

**Mesmo diante de um novo cenário, avaliação é de que o vírus da covid-19 ainda requer atenção e estudos científicos.**

Vinícius Fonseca

O Projeto Safety, nascido a partir da Pandemia de covid-19, com o intuito de monitorar o comportamento do vírus em Londrina, no Brasil e no mundo, bem como os estudos a respeito do tema, deve seguir sua vocação em 2023.

Para a coordenadora do projeto, a farmacêutica e docente do Departamento de Saúde Coletiva, Marselle Nobre de Carvalho, ainda é cedo para dizer que a batalha no enfrentamento ao vírus foi vencida, além de existir muito campo de estudo a ser analisado e explorado por pesquisadores.

Projeto Safety (P. S.): Que avaliação você faz do atual cenário da pandemia? Vencemos a batalha?

Marselle Carvalho (M. C.): É cedo para dizer que vencemos a batalha e a guerra está longe de acabar. Penso que a situação está controlada. Embora não tenhamos o volume de mortes que tivemos em outros momentos da pandemia, sobretudo antes de atingirmos a alta cobertura vacinal no mundo e no Brasil, ainda são registrados casos novos do novo coronavírus nas Américas, Europa e Ásia. Para você ter uma ideia, ontem (dia 01 de outubro), a Rússia registrou mais de 30 mil casos novos, o Japão mais de 40 mil, o Reino Unido mais de 50 mil e a Alemanha mais de 70 mil. Nas Américas, o Brasil ainda registra mais de 10 mil casos novos por dia, apesar do baixo número de hospitalizações e mortes.

P. S.: Como o Projeto fica a partir da redução de casos e óbitos?

M. C.: O Projeto continua acompanhando a pandemia, especialmente as publicações internacionais e notícias sobre o novo coronavírus e a covid-19. Estamos aproveitando nossa experiência e canais de comunicação para falar de outras doenças emergentes ou reemergentes, como é o caso da *Monkeypox* e do risco da poliomielite.

P. S.: Se sou aluno ou membro da comunidade, como posso participar a partir de 2023?

M. C.: Decidimos publicar o edital de seleção de estudantes colaboradores pela primeira vez. Agora que retornamos às atividades presenciais, o Projeto terá uma agenda presencial de trabalho. O edital é direcionado aos estudantes de graduação e pós-graduação da UEL, de todas as áreas do conhecimento, e está publicado no site do projeto ([www.projetosafetyuel](http://www.projetosafetyuel)).

com). As inscrições serão on-line via Google Forms, que será disponibilizado no site, no período de 07 a 14 de outubro de 2022. E os interessados/as não precisam esperar 2023 para ingressar no Projeto. Estamos prevendo o início das atividades já em novembro de 2022. Para a comunidade externa da UEL, o processo de participação no Projeto é diferente. A partir do início de 2023, vamos aceitar colaborações livres, de estudantes, docentes, trabalhadores interessados em publicações de suas experiências, reflexões e trabalhos sobre a pandemia. Isso ocorrerá por meio de editais abertos para a colaboração voluntária em edições temáticas do Boletim.

P. S.: O projeto atua em diferentes frentes, pode destacar algumas áreas e suas contribuições científicas a partir do Projeto?

M. C.: Hoje, o projeto se dedica a divulgação científica e disseminação de informações corretas sobre a pandemia. De modo geral, usamos o Instagram, Facebook e o site para isso. No site, destaco a publicação quinzenal do nosso boletim informativo que em breve chegará ao número 100. Sim, 100 boletins publicados desde maio de 2020. Não é pouca coisa! Nosso boletim foi (e ainda é) uma importante fonte de consulta para docentes, estudantes e trabalhadores da área da saúde e outras áreas também. Destaco que o boletim foi bastante utilizado como referência para a tomada de decisões em vários centros e departamentos da UEL, bem como foi fonte de informações para entidades e organizações, como sindicatos, conselhos de classe etc.

P. S.: Alguma novidade sobre o futuro do projeto?

M. C.: Sim. Estamos nos organizando para realizar atividades de educação em ciências para crianças e adolescentes, com base no conhecimento que acumulamos ao longo destes anos. A ideia central é utilizar o vírus e a doença como ponto de partida para ensinar Matemática, Biologia, Física, Química, entre outras disciplinas. Como essas atividades exigem preparo e muito planejamento, devem ser implementadas em escolas municipais e estaduais apenas no próximo ano.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-23-22>

## **PANDEMIA PODE TER AGRAVADO CASOS DE CÂNCER DE MAMA**

**Dificuldades no diagnóstico e acompanhamento de casos, em razão da covid-19, exigiram ações para minimizar os impactos da doença.**

Vinicius Fonseca

Os impactos da covid-19 na saúde são muito mais amplos do que o número de mortes que a doença vem causando desde seu aparecimento até os dias atuais.

Pacientes com outras enfermidades, por exemplo, também foram impactados devido aos reflexos da pandemia.

Um desses grupos foi o de mulheres que já enfrentavam ou passaram a enfrentar o câncer de mama. Entre as maiores dificuldades estão a realização efetiva do tratamento devido às restrições impostas pelo cenário pandêmico e mesmo o diagnóstico de novos casos ainda em seu início, facilitando no combate ao avanço da doença.

Membro da coordenação de Saúde da Mulher na Diretoria de Atenção Primária à Saúde na Secretaria Municipal de Saúde de Londrina, a enfermeira Priscila Colmiran fez uma análise do cenário enfrentado pelas frentes de tratamento ao câncer de mama, além de relatar sobre os atuais desafios e as ações de prevenção que estão sendo adotadas ante o cenário atual da pandemia, confira:

Projeto Safety (P. S.): Estamos finalizando o Outubro Rosa e muitas ações para a prevenção do câncer de mama são desenvolvidas neste mês. Dois anos de confinamento por causa da Pandemia de covid-19 acabaram impactando na saúde, especialmente nas ações de promoção da saúde e prevenção de doenças. Na sua avaliação, as mulheres foram impactadas pela Pandemia de covid-19 em relação à prevenção de agravos evitáveis e tratáveis precocemente, como é o caso do câncer de mama?

Priscila Colmiran (P. C.): Sim, com certeza foi uma população amplamente atingida pela pandemia, principalmente pelas restrições de acesso que a pandemia provocou. Em períodos mais críticos da pandemia, houve uma restrição significativa no acesso aos atendimentos, devido às medidas de isolamento, suspensão temporária de atendimentos eletivos e alterações nos processos de trabalho das unidades de saúde, que passaram a realizar atendimentos exclusivos relacionados à Pandemia de covid-19, como unidades destinadas a sintomas respiratórios e vacinação, o que implicou na mudança de território para busca de atendimento. Mesmo em períodos fora de pandemia as mulheres não acessam adequadamente os serviços de saúde por inúmeros fatores, como jornada de trabalho, não liberação por parte dos empregadores para a realização de exames preventivos,

tabus, como, medo de descobrir doenças, vergonha, parceiros que impendem a busca por atendimento em saúde, por não perceberem sintomas não compreendem a importância de se realizar os exames de rastreamento.

Após o período mais crítico da pandemia estamos observando os reflexos destes dois anos, como atrasos no diagnóstico, usuárias chegando com graus mais elevados do estadiamento do câncer, principalmente câncer de mama.

P. S.: Quais estratégias foram desenvolvidas durante o confinamento para mitigar os impactos sobre a vida das mulheres em Londrina?

P. C.: Mesmo durante a pandemia foram realizadas inúmeras ações, principalmente em parceria com o Conselho Municipal de Direitos das Mulheres, por meio de ações virtuais, como realização de lives em períodos alusivos à saúde da mulher. Nestas ações, foram abordados vários temas como, saúde e direitos reprodutivos, câncer de mama e colo uterino, saúde e qualidade de vida e saúde mental. Estes materiais foram disponibilizados para realização de atividades em empresas, favorecendo mesmo em período de pandemia o acesso à informação.

Nos períodos em que os indicadores relacionados a covid-19 permitiram, também foram retomadas as ações em campanhas para rastreio do câncer de mama e colo uterino, bem como a oferta de atendimentos eletivos nas unidades de saúde.

P.S: Quais indicadores referentes a saúde das mulheres foram mais influenciados pela Pandemia de covid-19? Qual preocupa mais a Coordenação Municipal de Saúde das Mulheres de Londrina?

P. C.: Mortalidade materna, cobertura de citologia oncótica, cobertura de mamografia

Todos os indicadores são de grande importância para a saúde pública, no entanto, o mais preocupante foi o indicador de mortalidade materna, que apresentou índices alarmantes, não só no município, mas no Paraná e Brasil. Este é um indicador que reflete a qualidade da assistência e o acesso aos serviços e insumos de saúde.

Quando falamos em mortalidade materna, falamos no binômio (mãe e feto), implicando também no aumento da mortalidade fetal e infantil, aumento dos índices de prematuridade, entre outras complicações decorrentes da covid-19 na gestação.

Em 2021, tivemos 16 óbitos maternos, sendo oito deles tendo relação com a covid-19, todas eram mulheres em faixa etária produtiva, trabalhadoras, provedoras, mães. Reforço que a instituição da vacina para as gestantes foi fundamental para a melhora dos indicadores nesta população, tendo evidente melhora nos indicadores de mortalidade após a ampliação da vacinação para todas as gestantes.

P. S.: Quais ações foram desenvolvidas para a retomada das atividades essenciais na Atenção Primária de Saúde de Londrina?

P. C.: O cenário atual no município é de ação e mobilização para a retomada dos processos de trabalho relacionados à saúde na Atenção Primária. Todas as Unidades de Saúde no município voltaram as rotinas de atendimento. Contamos também com diversas ações de qualificação dos servidores para retomada dos atendimentos e reorganização dos processos de trabalho, tendo como base os indicadores de saúde nos territórios e no município.

Também foram retomadas as ações relacionadas as campanhas para rastreio do câncer de mama e colo uterino. Também contamos com o apoio do CMDM para aproximar a saúde das empresas, a fim de proporcionar a realização de ações em prol das trabalhadoras nas empresas e/ou em ações programadas para este público com agenda específica na UBS. Também temos como foco a realização de busca ativa, principalmente das mulheres com atraso na realização dos exames de mama e colo uterino. Gradativamente, temos observado a retomada das mulheres em busca de atendimento nos serviços de saúde, porém ainda precisamos muito da parceria da comunidade para que este público busque ainda mais os serviços de saúde, em especial para a realização de ações de promoção e prevenção em saúde, bem como proporcionar acesso ao diagnóstico e tratamento precoce de agravos passíveis de prevenção.

Fechando o ano de 2022 e buscando completar o rol de autoridades científicas e públicas que passaram pelo quadro de entrevistas do Boletim, em novembro de 2022 fizemos um especial em duas partes com o prefeito Macelo Belinati (PP).

Médico e aluno egresso da UEL, o prefeito enalteceu o papel do Hospital Universitário e fez um balanço da pandemia no município, decorridos pouco mais de dois anos de seu enfrentamento.

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-24-22>

<https://www.projetosafetyuel.com/boletins/2022/boletim-25-22>

## **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO TEVE PAPEL DE EXCELÊNCIA NA PANDEMIA**

**Para o prefeito Marcelo Belinati, tanto o H.U. quanto as demais medidas adotadas pelo município foram fundamentais no enfrentamento da pandemia.**

Vinícius Fonseca

O prefeito Marcelo Belinati (PP) concedeu entrevista ao Projeto Safety e o papo você confere nesta e na próxima edição de nosso boletim.

A frente da prefeitura de Londrina durante toda a pandemia, Belinati, afirma que desde o início do combate ao coronavírus, Londrina organizou um grupo de especialistas para avaliar regularmente o andamento da covid-19 e propor medidas que pudessem garantir a saúde das pessoas.

Segundo ele, o município se destacou também pelo seu modelo de vacinação, que, de acordo com ele, permitiu que pessoas tivessem acesso rápido à vacina.

O prefeito enalteceu ainda o papel do Hospital Universitário (H.U.) em seu atendimento aos londrinenses e pessoas da região. “Sabíamos do potencial dessa equipe e da importância do H.U. para Londrina e, por isso, desde o início da pandemia, investimos ali para a ampliação de leitos hospitalares”, destaca.

Apesar do olhar positivo para a condução da pandemia em Londrina, é importante destacar que até o fechamento dessa edição o município já contabilizou 178 mil casos e 2681 óbitos.

Confira a primeira parte da entrevista com o prefeito a seguir:

Projeto Safety (P. S.): Que avaliação você faz do período pandêmico em Londrina?

Marcelo Belinati (M. B.): Desde o início da pandemia do coronavírus, instituímos em Londrina um grupo de especialistas para avaliar as condições e enfrentar essa pandemia com base nas informações mais atualizadas. E isso fez toda a diferença, porque nos baseamos na ciência e no conhecimento de um corpo técnico para tomar decisões que nos fariam superar esse cenário, que abalou não só a nossa cidade, mas todo Brasil e o mundo.

Nosso objetivo sempre foi, e sempre será, salvar vidas. Proteger a vida das pessoas, que é o maior bem que alguém possui, é o que nos conduziu e nos orienta nesses três anos de pandemia.

P. S.: Quais os principais acertos? O que faria diferente?

M. B.: Todas as medidas que tomamos em Londrina tiveram forte embasamento científico. O uso obrigatório das máscaras, sem sombra de dúvidas, foi uma medida pioneira que freou o contágio desde as primeiras semanas da pandemia. Para podermos ampliar nossa rede de atendimento em saúde, foi preciso reduzir a circulação de pessoas; isso nos garantiu um número de leitos e profissionais de saúde em atividade nunca antes visto na história de Londrina, o que beneficiou diretamente várias cidades da região.

A vacinação, que iniciamos de imediato tão logo chegaram as doses, foi o divisor de águas dessa pandemia. E nosso sistema de agendamento foi algo inovador; enquanto em várias cidades as pessoas tinham que madrugar em uma fila para ser vacinado, sem garantia alguma de que teriam doses suficientes, em Londrina basta que a pessoa acesse o site para escolher onde e quando quer se vacinar.

Além da saúde, focamos nas pessoas que perderam sua renda ou tiveram uma redução drástica nesse período. Por isso, ainda em 2020, dobramos o valor do Benefício Eventual Emergencial, que é repassado para famílias em situação de extrema vulnerabilidade. Ampliamos o número de vagas para acolher as pessoas em situação de rua, fizemos novas parcerias, ou seja, reforçamos os investimentos na assistência social por saber que a crise não era só de saúde, mas também econômica.

Nossas equipes tiveram uma atuação fantástica, em todas as áreas, com um trabalho alinhado. Londrina sempre foi referência e na pandemia não poderia ser diferente.

P. S.: Londrina é referência em saúde para a região, como entende que isso afetou a cidade?

M. B.: Seja pelo Sistema Único de Saúde ou pela rede privada e particular, Londrina é um centro de saúde para todo norte do Paraná e até mesmo outros estados. Temos um corpo de profissionais altamente gabaritado, que atuou na linha de frente com excelência. Na pandemia, isso fez toda diferença para que pudéssemos garantir aos londrinenses que todos teriam a assistência necessária, de forma adequada.

Um dos nossos diferenciais foi na reestruturação da rede municipal de saúde, que centralizou em cada região da cidade o atendimento das pessoas com sintomas de covid-19. A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Sabará, na região oeste, tornou-se referência 24 horas para os casos moderados e graves, atendendo exclusivamente esses pacientes. Isso nos permitiu monitorar com muita precisão o desenrolar da pandemia em Londrina, porque tínhamos dados fidedignos em mãos. Saber como estava

a circulação do vírus, o índice de positividade, a ocupação de leitos hospitalares, tudo isso foi utilizado para embasar cada decisão e por isso nossos resultados foram tão positivos. Várias cidades precisam fechar postos de saúde ou instalar hospitais temporários de campanha, e aqui o que fizemos foi ampliar e reforçar a estrutura que já tínhamos.

P.S.: Qual o papel do H.U. nesse processo? E sua relevância?

M.B.: Tenho muito apreço e muito orgulho pelo Hospital Universitário de Londrina. Não só pela minha experiência como aluno e médico, mas também porque nessa pandemia o H.U. se destacou no cuidado das pessoas de Londrina e todo norte do Paraná com muita excelência. Sabíamos do potencial dessa equipe e da importância do H.U. para Londrina e, por isso, desde o início da pandemia, investimos ali para a ampliação de leitos hospitalares.

Não faria sentido Londrina abrir um hospital de campanha que seria desmontado, sendo que temos toda estrutura do H.U. em nossa cidade. Foi nesse sentido que alocamos recursos próprios e pleiteamos, junto ao governo do estado e Ministério da Saúde, que fossem ampliados os leitos do H.U. E isso representa mais funcionários, mais equipamentos, mais insumos que permanecem na cidade para atender toda população, mesmo após a pandemia.

Outra parceria muito importante que fizemos com o H.U. envolveu os testes para covid-19. Pacientes do SUS atendidos na UPA e nas UBSs faziam o teste padrão ouro e tinham o resultado no mesmo dia ou no dia seguinte, pois os materiais eram analisados no laboratório do H.U.

A maioria das cidades nem sequer possui essa ferramenta, e depende de laboratórios nas capitais para atender a rede pública.

Aqui, a estrutura do H.U. abraçou essa causa e nos ajudou a salvar vidas, pois os casos eram identificados rapidamente, permitindo o tratamento oportuno, inclusive em quadros mais graves. E tudo isso a um valor muito menor do que se comprássemos os testes para análise na rede privada, mesmo com licitação.

Por esses e tantos outros motivos que Londrina só tem a agradecer a toda equipe de funcionários e servidores do H.U., a sua diretoria, por terem salvado tantas vidas com extrema dedicação.

## **PREFEITO PEDE QUE POPULAÇÃO BUSQUE PELA VACINA**

**Para ele, só a vacinação pode impedir que novas medidas  
de isolamento voltem a ser adotadas.**

Vinícius Fonseca

O Safety apresenta nesta edição de nosso boletim informativo, a segunda parte da entrevista realizada com o prefeito Marcelo Belinati (PP).

Nela, o chefe do poder executivo municipal exaltou os índices de pessoas vacinadas com a primeira dose, mas lamentou que boa parte da população não tenha retornado para dar sequência ao seu ciclo vacinal. “Fizemos quase 90% de cobertura para a primeira dose, o que é espetacular”, aponta. “Infelizmente esse esquecimento (de retornar ao posto para uma segunda dose) acaba repercutindo com mais pessoas ficando doentes, sem tanta gravidade, o que faz o vírus circular com mais força”, lamenta.

O prefeito ainda falou sobre a segurança das vacinas e a importância de não se acreditar em *fake news*. Também comentou

sobre o relaxamento dos cuidados e a importância de se seguir alerta com a circulação do vírus.

Projeto Safety (P. S.): Como vê os índices de vacinação? O londrinense tem se comprometido com as campanhas?

Marcelo Belinati (M. B.): Nosso modelo de vacinação em Londrina foi um sucesso de organização. Isso motivou as pessoas, que queriam se vacinar e se proteger do vírus para podermos recuperar a nossa vida e rotina. Fizemos quase 90% de cobertura para a primeira dose, o que é espetacular. Mas sabemos, e isso não é só aqui, é um dado geral em todo o mundo, que muitos não retornam para receber a segunda dose e o reforço.

Infelizmente esse esquecimento acaba repercutindo com mais pessoas ficando doentes, sem tanta gravidade, o que faz o vírus circular com mais força. Acaba gerando picos de casos, como tivemos no início deste ano e depois, novamente, quando as temperaturas caíram entre o outono e inverno. É assim com qualquer vírus respiratório e o coronavírus não é diferente.

O nosso apelo a todos os londrinenses é que recebam todas as doses que têm direito, porque quanto mais protegida a pessoa estiver, menor é o impacto da doença caso a pessoa se contamine. Não acreditem nas *fake news*, as vacinas são seguras para todos. E pedimos que continuem se protegendo, utilizando as máscaras, porque com as vacinas muitas pessoas sequer têm sintomas, ou quando têm são tão leves que deixam de lado. Acabam circulando sem saber que estão transmitindo, e é a máscara que vai segurar esse contágio.

P. S.: O que fazer para melhorar os índices?

M. B.: O caminho é a vacinação, com todas as doses necessárias, e utilizar as máscaras. Não existe, até o momento, nenhuma outra medida disponível para impedir com segurança e eficiência que mais pessoas tenham covid-19. Seja idoso, criança, adulto; saudável ou com doenças crônicas, essas duas medidas valem para todos e salvam vidas de verdade.

P. S.: A pandemia não acabou, mas se vê um relaxamento com relação ao uso de máscaras e outros cuidados. Como o senhor, enquanto médico, vê isso?

M. B.: Vemos com muita preocupação, embora seja natural. Ao contrário do começo da pandemia, em que as informações sobre o vírus eram muito iniciais e tínhamos receio até sobre qual medicamento podíamos utilizar, hoje as informações e orientações estão bem estabelecidas, por conta da dedicação de muitos pesquisadores e cientistas.

Sabemos que as pessoas se cuidam mais quando se sentem em risco, e por termos cada vez mais casos leves, graças à vacinação, essa sensação de risco caiu bastante. Mas o vírus ainda está aí e infelizmente as pessoas podem ir a óbito ou ter sequelas. Então incentivamos e recomendamos a todos que continuem usando as máscaras, principalmente se forem a um lugar fechado, ou com pouca ventilação. Em todos os espaços de atendimento de saúde, continua obrigatório o uso das máscaras.

Outro cuidado muito simples é redobrar a atenção quando estiver com sintomas gripais. Antes, as pessoas precisavam de um quadro com vários sintomas para suspeitarmos da covid-19, hoje, com tantas variantes circulando não é bem assim. Tem pessoas que terão quadros respiratórios mais fortes, outras podem estar

com covid-19 e apresentar só uma dor de cabeça ou uma tosse seca. Somente testando que conseguimos diferenciar com mais precisão, por isso disponibilizamos a testagem em todas as nossas UBSs.

P. S.: A prefeitura pensa em tomar novas ações de contenção?

M. B.: Com a vacinação disponível para toda a população, sabemos que já não será preciso tomar medidas mais drásticas, que foram primordiais no início da pandemia. Mas esse cenário depende que todos recebam as suas doses, porque as variantes estão aumentando. Não vemos essa necessidade, atualmente, e nosso objetivo é continuarmos assim.

# Cap. 3

## Um breve ensaio sobre a memória e a pandemia ainda sem fim...

Marselle Nobre de Carvalho  
Vinícius Fonseca

Para a produção deste livro, precisamos reler nossos conteúdos, repassando boletim por boletim cada uma das edições. A ideia era tentar entender, agora com o distanciamento do tempo, o que nos motivou a escolher as temáticas que escolhemos.

Essa releitura, no entanto, provocou outra sensação. A sensação e a certeza de que o que criamos foi um registro histórico de um dos maiores desafios da humanidade neste século e em toda a sua história.

Enfrentamos desafios, conseguir entrevistas, explicar ciência para o grande público de maneira inteligível e ainda respeitar as limitações impostas pela própria pandemia, como a dificuldade de locomoção e a nossa própria “ignorância” quanto às características e particularidades do vírus.

Todas as nossas entrevistas foram realizadas no olho do furacão. Não sabíamos quando uma nova informação poderia nos fazer mudar os rumos, não sabíamos nem mesmo se poderíamos ser acometidos pela própria covid ou outra doença que nos tirasse do campo de batalha, seja de modo temporário ou até mesmo definitivo.

Superamos as dificuldades, lutamos contra uma onda ferrenha de desinformação que em nada agregava ao debate público e à divulgação científica. Honramos a ciência e o compromisso com a informação e fizemos história simplesmente relatando a própria história que nos cercava.

Talvez, jornalismo seja mesmo uma ciência pronta para relatar a história moderna por meio da coleta de dados através de entrevistas e outros formatos. No nosso caso, escolhemos as entrevistas e buscamos grandes profissionais da saúde e de outras áreas para o relato mais preciso possível da realidade.

Hoje, em junho de 2023, quando escrevemos esse texto que finaliza o livro, sabemos que a pandemia ainda está longe do fim e que o trabalho de informar deve prosseguir.

Por aqui, esperamos que nosso trabalho continue se prestando ao papel de serviço de utilidade pública. Aos leitores desses livros e às gerações futuras, que a compilação de entrevistas aqui presentes possa servir como um vislumbre do que enfrentamos.

## Referências

---

BARBEIRO, H.; LIMA, P. R. **Manual de jornalismo para rádio, TV e novas mídias**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

## Publicações Editora Rede UNIDA

### Série:

Rádio-Livros em Defesa do SUS e das Saúdes  
Ética em pesquisa  
Participação Social e Políticas Públicas  
Pensamento Negro Descolonial  
Mediações Tecnológicas em Educação e Saúde  
Educação Popular & Saúde  
Saúde Mental Coletiva  
Atenção Básica e Educação na Saúde  
Interloquções Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde  
Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde  
Saúde & Amazônia  
Saúde Coletiva e Cooperação Internacional  
Vivências em Educação na Saúde  
Clássicos da Saúde Coletiva  
Cadernos da Saúde Coletiva  
Saúde, Ambiente e Interdisciplinaridade  
Conhecimento em movimento  
Arte Popular, Cultura e Poesia  
Economia da Saúde e Desenvolvimento Econômico  
Branco Vivo  
Saúde em imagens  
Outros

### Periódicos:

Revista Saúde em Redes  
Revista Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia



FAÇA SUA DOAÇÃO E COLABORE

[www.redeunida.org.br](http://www.redeunida.org.br)



ISBN 978-65-5462-204-2

